



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2025

Tribunal de Justiça



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Fortaleza, junho de 2026



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	05
3	FINALIDADE	05
4	COMPETÊNCIAS	05
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	07
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	36
8	RESULTADOS DO PPA 2025	45
9	QUADRO DE PESSOAL	53
10	RECURSOS PATRIMONIAIS	54
11	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	55
12	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	58
13	GOVERNANÇA, SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E TRANSPARÊNCIA	59
14	ANEXO	66



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

Considerando o campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva das Justças especializada e Justiça comum. As especializadas referem-se às Justças Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Federal e Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras. No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 129 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Família, Cível, Fazenda Pública, Crime, Júri, Execução Fiscal, Crimes Contra a Ordem Tributária, Falência, Registro Público, Delitos de Tráfico de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Pena Alternativa, Infância e Juventude, Execução Penal e Auditoria Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada pela Lei nº16.905/2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 105 Comarcas Sede e 405 unidades judiciárias instaladas, conforme Perfil do Judiciário - abril de 2026. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 30 unidades, sendo 20 cíveis, 06 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel que funciona na 10ª unidade, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 16 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Aracati 01, Caucaia 02, Crateús 01, Crato 01, Icó 01, Iguatu 01, Itapipoca 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02, Tauá 01 e Tianguá 01 consoante Perfil do Judiciário - março de 2026.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “garantir direitos para realizar justiça no Ceará”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

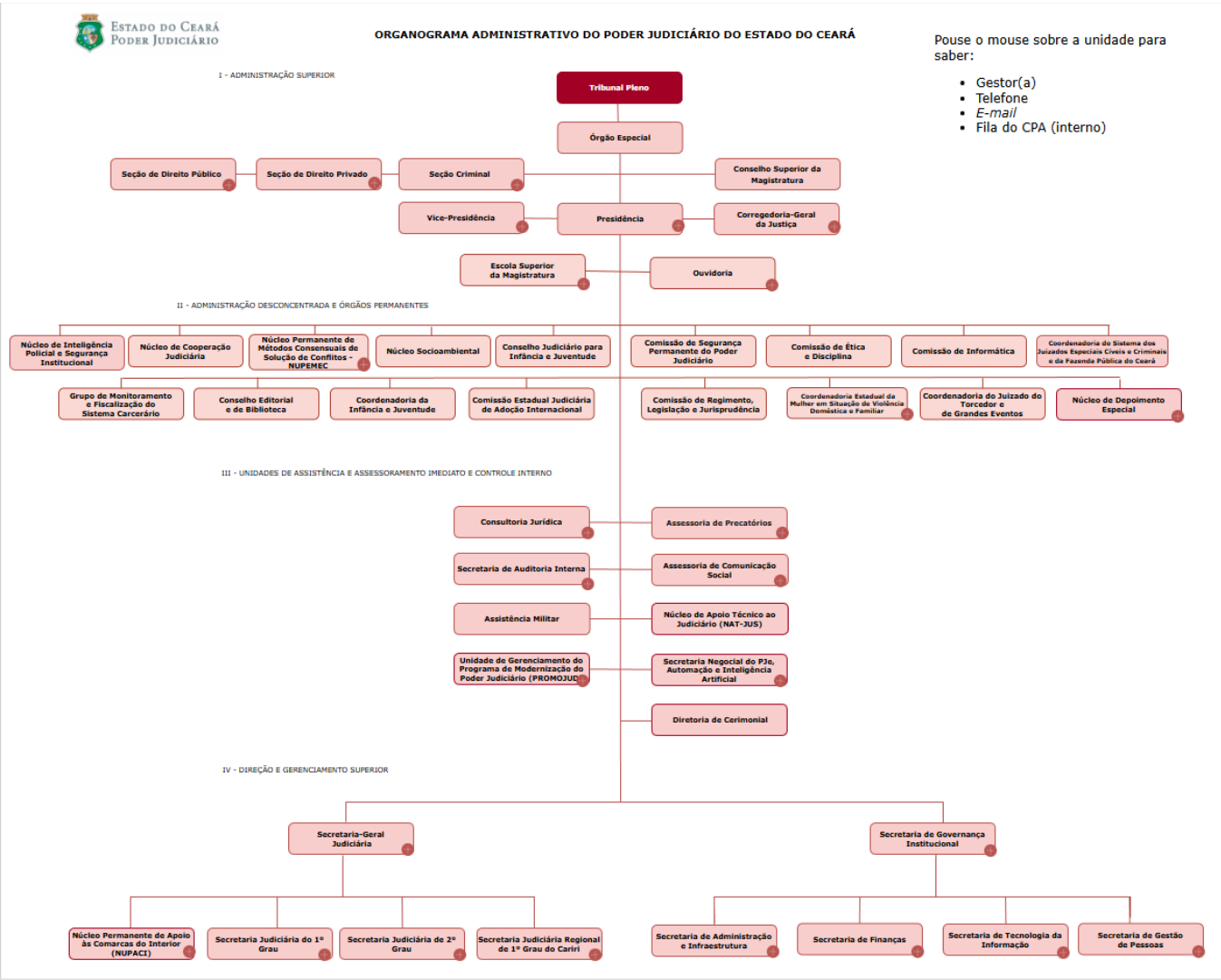


Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018, alterada pela nº 18.561, de 06 de novembro de 2023 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, no seguinte endereço: https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara.htmlorganograma_poder_judiciario_ceara.html.



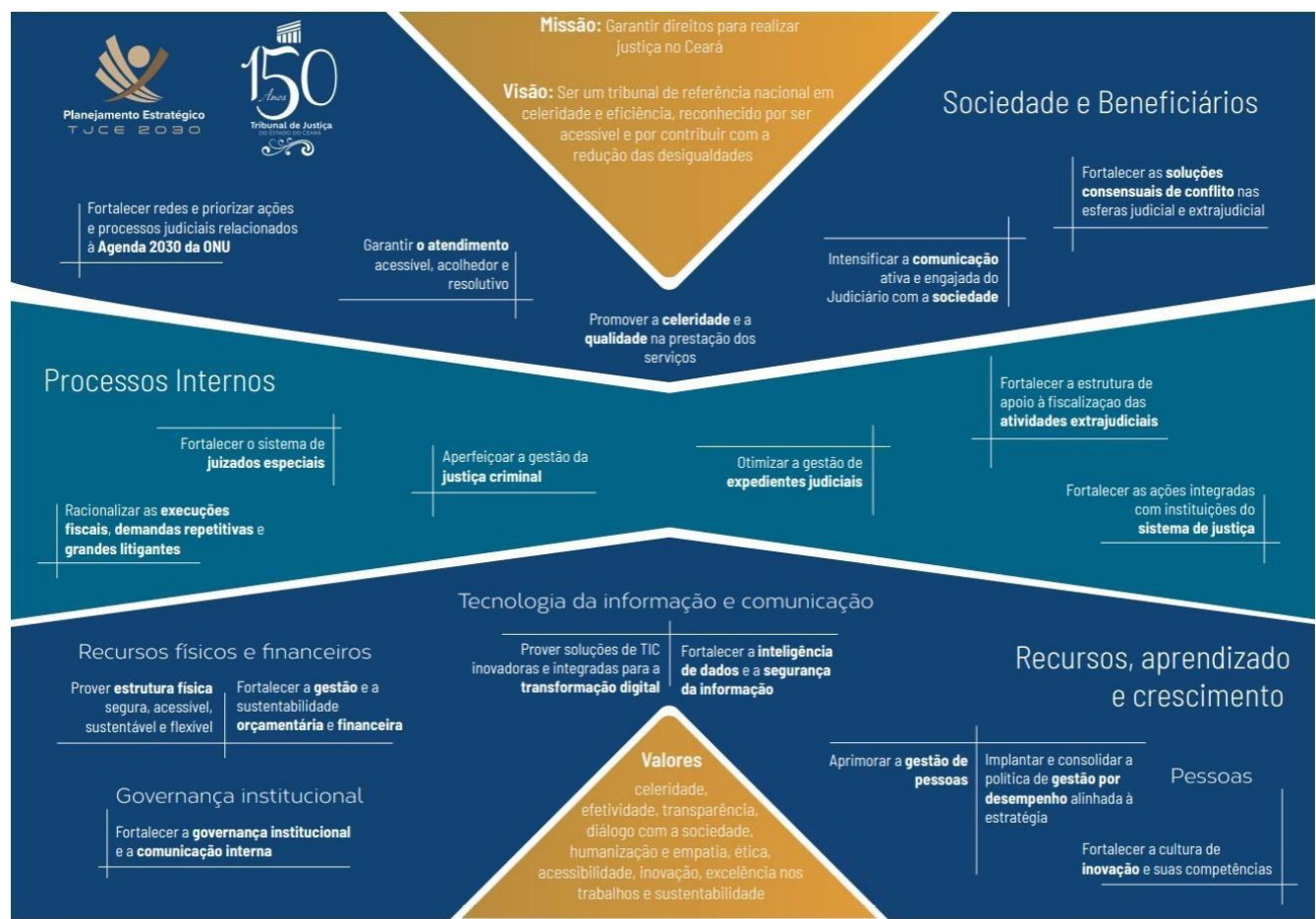


AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria-Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Secretarias-Gerais Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia Balanced Scorecard, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Governança Institucional do TJCE.

Figura 1 – Mapa estratégico TJCE 2030



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

I - **Missão:** Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;
- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e
- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

- 7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
- 8. Aprimorar a gestão de pessoas.

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico TJCE 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	56,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE						
Objetivo Estratégico	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021/Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021 = Total de despesas empenhadas/(1+IPCA acumulado a partir de 2021)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.956,00 (dois mil novecentos e cinquenta e seis reais) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.281,00	R\$ 3.199,00	R\$ 3.059,00	R\$ 2.956,00
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$\frac{[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] \times 100}{}$ THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	8,6% (acréscimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0 (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Índice de Composição de Conflito - ICoC	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o percentual de uma composição de indicadores que evidenciam os acordos e decisões em cinco diferentes dimensões.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	Calculado pelo CNJ, levando em consideração a média ponderada, por tribunal, nos indicadores dos incisos I a V, previamente padronizados, de forma que o menor valor seja igual a zero e o maior valor igual a um, atribuindo-se peso 3 para os indicadores I e II e peso 1 para os indicadores III a V); I – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau; II – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de juizados especiais; III - Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau; IV – Total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais; V - Total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo, em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença.
Responsável pelos dado	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	24,37% (em 2024)
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 30,0% no ICoC.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	25%	30%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 06: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 56,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 07: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo, desconsiderando os suspensos, sobrestados e em arquivo provisório bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1092 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 700 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	700	700
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 08: Índice de cumprimento das Metas Nacionais



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Somatório (número de metas cumpridas x respectivo peso) / somatório dos pesos] x 100 Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Responsável pelos dado	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	50,0% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 09: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ/ Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 10: Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades que obtiveram certificação no programa



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	+Gestão no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	nº unidades certificadas no ciclo / nº unidades participantes do ciclo) X 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70% (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 80% de unidades certificadas no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência) do Programa +Gestão.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	75%	80%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 11: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 12: Índice de satisfação com o atendimento	
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Frequência de medição	Anual
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	66,0% (2021)
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	82,0%	83,0%	84,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 13: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1.571 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	1.492 dias redução -5%	1.418 dias redução -5%	1.347 dias redução -5%	1.282 dias redução -5%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário	
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$\left(\frac{\text{CnCNCrimJE}}{\text{CnCNCrimJE} + \text{CnCNCrim1}^\circ}\right) \times 100$ Onde: CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não Criminais
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	31,6% (2022)



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 15: Tempo médio de julgamento – juizados especiais (competência exclusiva)						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos					
Descrição do indicador	Mede a relação entre a quantidade de dias para julgamento dos processos e a quantidade de processos de conhecimento julgados no âmbito dos juizados especiais de competência exclusiva.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento no período / quantidade de processos de conhecimento julgados no período					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	282 dias (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 235 dias como resultado para o tempo médio de julgamento no âmbito do sistema de juizados especiais					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	265 dias	235 dias
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 16: Tempo médio de tramitação da ação penal	
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal
Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).
Frequência de medição	Mensal
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	1.707 (2023)



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 17: Índice de Acessibilidade, segurança e conforto na estrutura física e no mobiliário						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade					
Descrição do indicador	Mede o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliário.					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	Média aritmética ponderada dos critérios: atende acessibilidade (peso 2); atende as normas do CBMCE (peso 3); atende à res. 114/2010 CNJ - disponibilidade de espaço (peso 1); melhorias em eficiência energética (peso 1); mobiliário atende à NR17 (peso 1), multiplicado pelo número de varas de cada edificação judicial.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	38,08% (2024)					
Descrição da Meta	Aumentar o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliário nas edificações judiciais para 50% até 2026					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	45,0%	50,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 18: Índice de recursos aplicados em investimentos	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju
Responsável pelos dado	Secretaria de Governança Institucional e Secretaria de Finanças
Linha de base	12,0% (2021)



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15%	17%	19%	21%	23%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 19: Índice de incremento da arrecadação corrente						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Feddoj em relação à arrecadação do ano anterior.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(Receita corrente arrecadada ano corrente / Receita corrente arrecadada ano anterior) - 1] x100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021)					
	R\$ 136.468.452,21 (2020)					
Descrição da Meta	26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	10%	10,0%	10,0%	20,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

Indicador 20: Índice de governança do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	-	77,0%	82,0%	90,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 21: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 22: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	(Orçamento executado no período / orçamento total do Promojud) x 100					
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	21%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	86,0% (execução de 17,0% do orçamento no ano)	100,0% (execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 23: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn}) / (\text{Somatório do valor máximo de cada norma}) * 100N = \text{normativo de segurança da informação}$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 24: iGov-TIC-JUD						
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TICJUD, divulgado anualmente pelo CNJ					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	92,01% (2023)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 96,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	90,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 25: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Macrodesafios	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 20h de formação em cursos certificados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmecc)
Frequência de medição	Mensal



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 20h de capacitações credenciadas pela Esmec / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 52,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) com, no mínimo, 20h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	50,0%	52,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

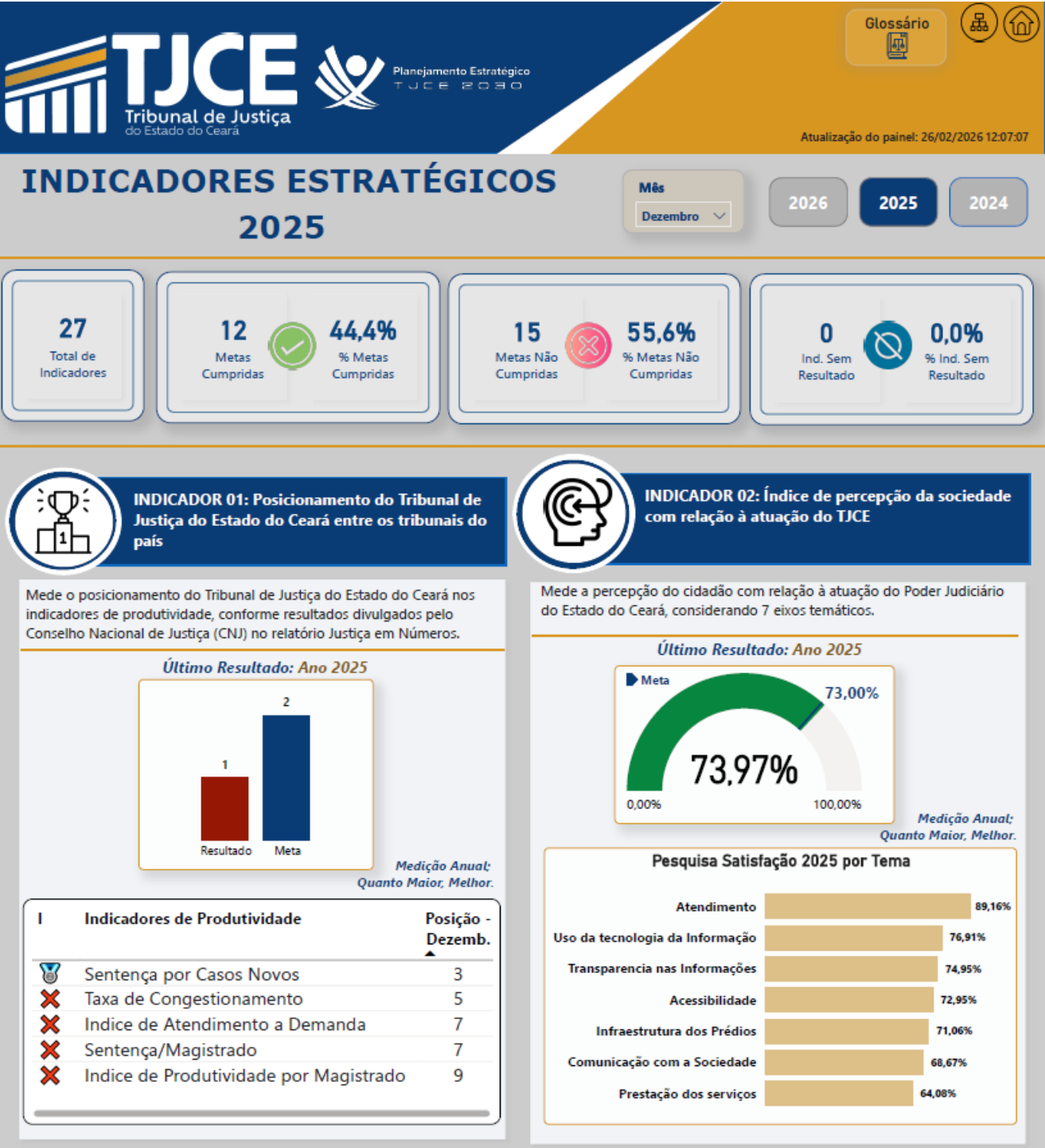
Indicador 26: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	(Número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 27: Índice de clima organizacional	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.
Frequência de medição	Bianual
Como medir	(Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas
Linha de base	78,7% (2020)
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo"

	clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

*Indicadores publicados na Portaria nº 914, de 18 de junho de 2025.

VI - Resultados do Plano Estratégico 2021–2030 (referência dezembro/2025):





Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



INDICADOR 03: Efetividade da Gestão do TJCE

Mede o custo médio do processo judicial.



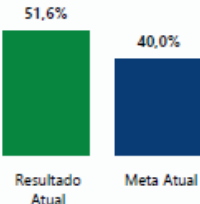
Última Atualização: dezembro/2025

Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.



INDICADOR 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais

Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.



76582
Acordos Homologados - Ano Corrente

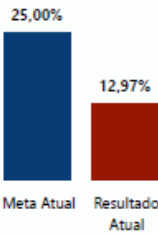
Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 05: Índice de Composição de Conflito - ICoC

Mede o percentual de uma composição de indicadores que evidenciam os acordos e decisões em cinco diferentes dimensões.



Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 06: Taxa de congestionamento bruta

Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.



Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



Indicador 07: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos

Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo.



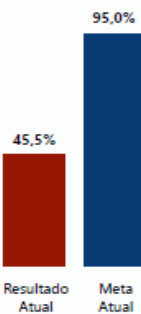
Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 08: Índice de cumprimento das Metas Nacionais

Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



META 1
Cumprida

100,23%

META 2
Não cumprida

Completo				Antigos			
1º G	2º G	J.E.	T.R.	1º G	2º G	J.E.	T.R.
108,01%	109,09%	103,75%	105,19%	52,36%	75,00%	40,00%	0,00%

META 3
Não cumprida

91,37%

META 4
Não cumprida

Crimes Contra Adm. Pública	Improbidade Administrativa
138,82%	83,16%

META 5
Cumprida

102,95%

META 6
Cumprida

600,00%

META 8
Não cumprida

Feminicídio	Violência Doméstica
88,89%	77,11%

META 9
Cumprida

100,00%

META 10
Não cumprida

1º G	2º G
87,12%	99,32%



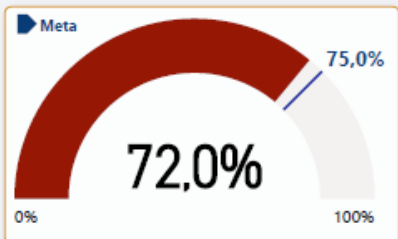
Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



INDICADOR 09: Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade

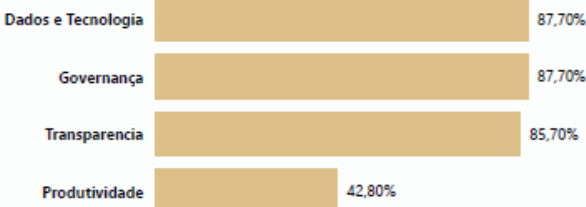
Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.

Último Resultado: Ano 2025



Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.

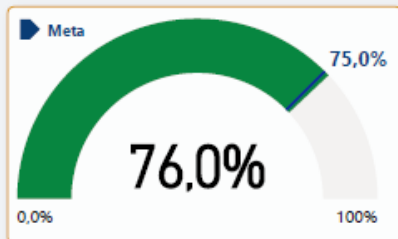
Desempenho do Premio CNJ de Qualidade por Eixo



INDICADOR 10: Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão

Mede o percentual de unidades que obtiveram certificação no programa +Gestão no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência).

Último Resultado: Ano 2025



Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.

Excelência	Diamante	Ouro	Prata	Sem Certificação
80	43	99	97	101
				—



INDICADOR 11: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário

Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Último Resultado: Ano 2025



INDICADOR 12: Índice de satisfação com o atendimento

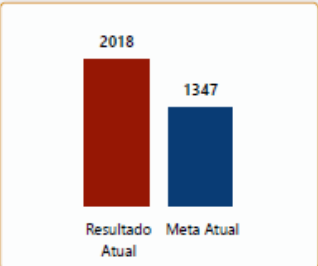
Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Último Resultado: Ano 2025



INDICADOR 13: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal

Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).

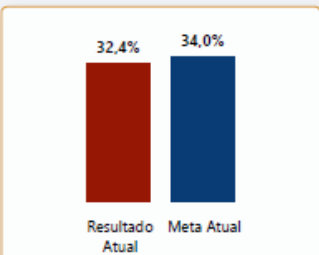


Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 14: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário

Mede o grau de participação dos processos de conhecimento civil de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.



Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 15: Tempo médio de Julgamento - Juizados Especiais (Competência Exclusiva)

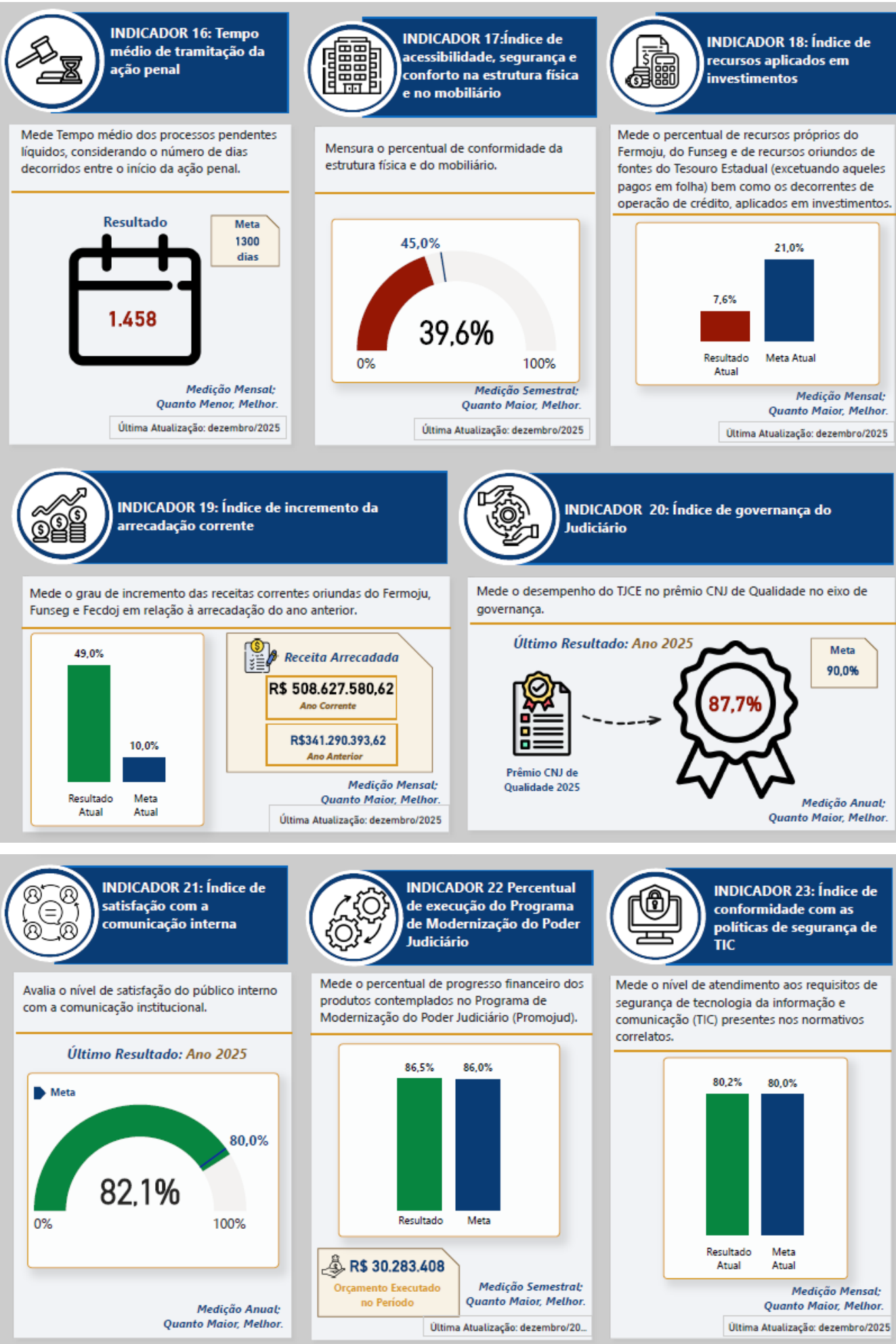
Mede a relação entre a quantidade de dias para julgamento dos processos e a quantidade de processos de conhecimento julgados no âmbito dos juizados especiais de competência exclusiva



Última Atualização: dezembro/2025

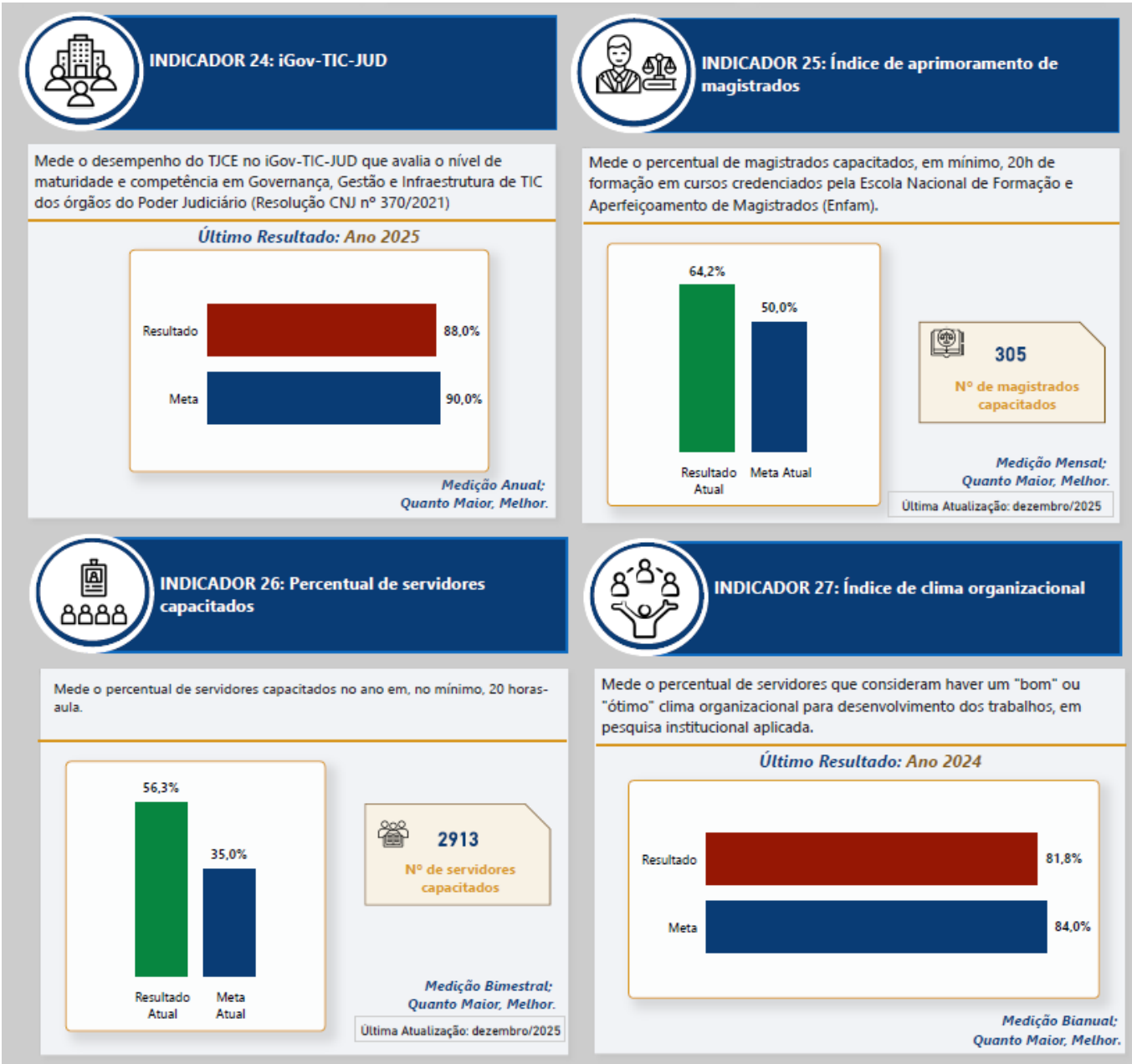


Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça





Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



VII – Avaliação e Medição de Projetos

Os projetos estratégicos do Poder Judiciário do Ceará consistem em esforços temporários empreendidos com o propósito de desenvolver produtos ou serviços voltados ao alcance dos objetivos e das metas institucionais. Esses projetos são monitorados pela Coordenadoria de Projetos, unidade vinculada à Secretaria de Governança Institucional.

Nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 01, de 19 de fevereiro de 2026, a Coordenadoria de Projetos possui como principais atribuições: elaborar, implantar, aprimorar e divulgar a metodologia de gerenciamento de projetos; acompanhar a execução e divulgar os resultados dos projetos estratégicos à alta administração; assessorar a alta administração na tomada de decisões; capacitar e prestar orientação aos(as) agentes de projetos; e mensurar o desempenho do dos(as) líderes(as) e assessores(as) de projetos.

No âmbito das iniciativas estratégicas, destaca-se o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado Ceará (PROMOJUD), instituído pela Resolução do Órgão Especial nº 09/2021. O programa tem como objetivo avançar na implementação da transformação digital, com vistas ao aumento



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

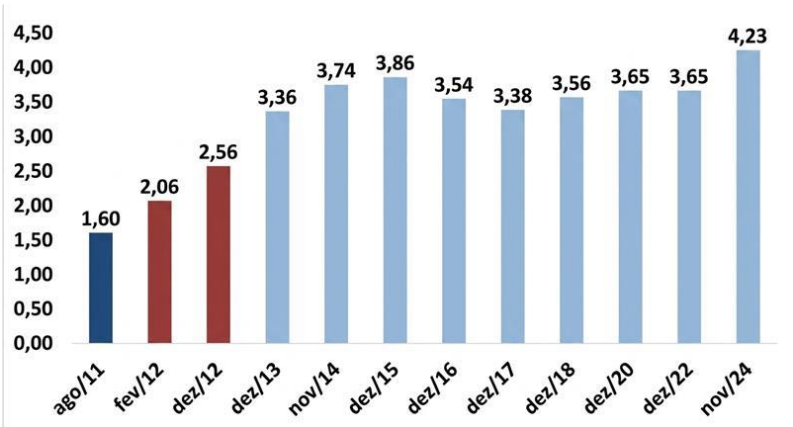
da eficiência e à melhoria da satisfação dos usuários. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que disponibiliza recursos no montante de US\$ 35 milhões para promover uma transformação estrutural e digital na Justiça Estadual. O sistema de governança do PROMOJUD estabelece as principais atribuições dos agentes responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do programa.

No que se refere à governança e à atuação dos profissionais envolvidos no gerenciamento dos projetos do Judiciário cearense, destacam-se as seguintes funções:

- a. **Nos projetos vinculados ao Programa de Modernização do Judiciário Estadual (PROMOJUD):** Patrocinador(a)-Geral, Patrocinador(a) de Componente, Cogestor(a), Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos e Líder Técnico(a).
- b. **Nos demais projetos do portfólio institucional:** Patrocinador(a) e Gerente de projetos.

Com o objetivo de avaliar o nível de maturidade institucional na aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas de gerenciamento de projetos, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará utiliza o modelo Prado-MMGP. Em 2024, o Tribunal alcançou o índice de 4,23 (Gráfico 1), correspondente ao **Nível 4** de maturidade, o qual indica a prática eficaz e consistente dos elementos estruturados no Nível 3, incluindo a adequação da estrutura organizacional, o uso de metodologia padronizada, a informatização dos processos, o uso de linhas de base e o alinhamento entre a estratégia institucional e os projetos estratégicos. A avaliação da maturidade é realizada de forma bienal, estando a próxima prevista para o final de 2026.

Evolução da Maturidade em Gerenciamento de Projetos no TJCE



Fonte: Secretaria de Governança Institucional do TJCE

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2025-2027, em alinhamento ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio da gestão é composto por 21 projetos estratégicos, todos em execução até dezembro de 2025.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Projetos Estratégicos da Gestão 2025-2027 em execução em dezembro de 2025

Unidade	Projeto	Entregas previstas (Status e percentuais)	Previsão de término/ Tipo de planejamento
Presidência	PJe - 4ª fase	1. Evolução do Migrador - concluída 2. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º graus - concluída 3. Fluxos complementares - em andamento (97%) 4. Soluções PDPJ - em andamento (81%) 5. Outras Soluções - Integração das custas finais com sistema de gestão de custas - concluída 6. Migrações - Competência Cível Comum; Cível Especializada; Família; Sucessões; Empresarial; Recuperação Judicial; Infância e Juventude - concluída 7. Atualização da Nova Versão do PJe - em andamento (65%)	05/02/2026 Planejamento por fase
Presidência	PJe - 5ª fase	1. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º graus - em andamento (31%) 2. Fluxos Complementares - em andamento (60%) 3. Soluções PDPJ - em andamento (48%) 4. Outras Soluções - em andamento (38%) 5. Evolução do Migrador - em andamento (15%) 6. Migrações - Direito Criminal - Interior e Capital – a iniciar	02/10/2026 Planejamento por fase
Secretaria-Geral Judiciária	Humanização do atendimento	1. Implantação de novas funcionalidades no aplicativo TJCE Mobile - em andamento (77%) 2. Expansão das Centrais de Atendimento - 4ª onda - em andamento (68%) 3. Expansão das Centrais de Atendimento - 5ª onda - em andamento (6%) 4. Desenvolvimento de Solução Integrada de Agendamento - BIA - em andamento (63%) 5. Implantação de novos Pontos de Inclusão Digital - em andamento (44%) 6. Centralização dos atendimentos do Núcleo 4.0 na Central de Atendimento - em andamento (96%) 7. Aprimoramento e centralização dos atendimentos dos Juizados Especiais na Central de Atendimento - em andamento (5%) 8. Central de Certidões Unificada - em andamento (91%)	16/07/2026 Planejamento por fase
Presidência	Inteligência Artificial	1. Expansão do Modelo Precedentes para o 1º Grau - em andamento (85%) 2. Aprimoramento do Modelo Precedentes para o 2º Grau - em andamento (73%) 3. Modelo Prescrições Intercorrentes - em andamento (98%) 4. Expansão Berna - concluída 5. Talia Tradução - Ferramenta de tradução	27/01/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		simultânea - concluída 6. Camaleão - Solução de Alteração de Imagem e de Voz - concluída 7. Prevenção, Litispendência e Conexão – a iniciar	
Presidência	Robotização	1. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de licenças de plataforma integrada de RPA – Automation Now - concluída 2. Treinamento da equipe na plataforma integrada de RPA - concluída 3. Desenvolvimento de robôs judiciais residuais - em andamento (99%) 4. Desenvolvimento de robôs - Pacote IX – concluída 5. Desenvolvimento de robôs - Pacote X – em andamento (91%) 6. Desenvolvimento de robôs - Pacote XI – em andamento (86%) 7. Desenvolvimento de robôs - Pacote XII – em andamento (18%)	20/01/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Governança Institucional	Cultura da Inovação	1. Hackathon de Inovação – em andamento (35%) 2. Capacitação para formação de facilitadores – Contrato WEGOV - concluída 3. Publicação de 7 documentos simplificados - concluída 4. Contratação de consultor individual para realizar serviços de design gráfico, com foco em Legal Design, Visual Law e simplificação de linguagem - concluída 5. Execução do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre TJCE e Defensoria Pública do Estado do Ceará para articulação de ações e troca de experiências sobre práticas e projetos inovadores nas áreas de linguagem simples, direito visual, inovação na gestão pública e design de serviços - em andamento (72%) 6. Desenvolvimento de chatbots: orientações jurídicas; e de comunicação do fim da medida protetiva - em andamento (46%) 7. Fundos ambientais geridos por comunidades – a iniciar 8. Sentenças criativas – a iniciar 9. Julgamento célere de causas ambientais – a iniciar 10. Capacitação em Gestão da Inovação - Oficina Let's Gov - concluída	18/12/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Secretaria de Governança Institucional	LGPD	1. Execução do Contrato nº 30/2024 - Módulo Security: Implantação da LGPD e soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados: 1.1. Planejamento - concluída 1.2. Avaliação - concluída 1.3. Licenciamento de Software - LGPD Manager 3.0 - concluída 1.4. Plano de Conscientização - Etapa 1 - concluída 1.5. Plano de Conscientização - Etapa 2 - em andamento (60%) 1.6. Mapeamento - concluída 1.7. Análise de Planejamento - concluída 1.8. Implementação - em andamento (6%) 1.9. Licença/Subscrição de Software - LGPD Manager (Mensalidade) - concluída	05/02/2026 Planejamento Completo
Secretaria de Tecnologia da Informação	Segurança da Informação	1. Norma de Tratamento e Classificação da Informação - concluída 2. Aquisição de Auditoria AD - em andamento (73%) 3. Aquisição de Privileged Access Management - PAM - em andamento (61%) 4. Aquisição de WAF + Balanceador de Carga - em andamento (40%) 5. Norma de uso seguro de computação em nuvem - concluída 6. Norma de desenvolvimento e utilização de robôs no âmbito do TJCE - em andamento (65%) 7. Norma de desenvolvimento e utilização de inteligência artificial no âmbito do TJCE - em andamento (56%) 8. Contratação de consultor(a) para Segurança da Informação - em andamento (63%) 9. Contratação de Programa de Cultura e Conscientização em SI - em andamento (75%)	13/07/2026 Planejamento completo
Presidência	Enfrentamento à Violência Doméstica	1. Expansão dos Núcleos de Combate à Violência Doméstica - em andamento (68%) 2. Implantação dos Núcleos - em andamento (53%) 3. Criação de plataforma de apoio à mulher vítima de violência - Sistema de gestão de vagas - em andamento (34%) 4. Revitalização e expansão do Proteção na Medida – em andamento (99%) 5. Implantação de Delegacia de Defesa da Mulher Online em Maracanaú - em andamento (89%) 6. Criação de painel BI com indicadores dos NUCEVIDs - em andamento (6%) 7. Prevenção à violência de gênero - em andamento (78%)	03/02/2026 Planejamento por fase
Presidência	Juizados Especiais	1. Reestruturação das Turmas Recursais - em andamento (42%) 2. Reestruturação dos Juizados Cíveis da Capital	18/12/2026 Planejamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		e de Juazeiro do Norte - em andamento (42%) 3. Criação de Núcleo 4.0 para processos em cumprimento de sentença e execução extrajudicial - em andamento (38%) 4. SEJUD para os Juizados Especiais - em andamento (55%) 5. Aprimoramento das Ferramentas Tecnológicas - em andamento (28%) 6. Capacitação das Centrais de Atendimento para atermações - concluída 7. Reestruturação do Programa de Juízes leigos - em andamento (40%) 8. Fortalecimento da área executiva da Coordenadoria de Juizados - em andamento (61%) 9. Contratação da banca organizadora do processo seletivo para juízes leigos em 2026 - em andamento (31%)	por fase
Presidência	Cientista-Chefe	1. Plataforma SARA (Sistema de Análise e Resumo de Ações) 2. Classificador de Assuntos 3. Busca Ativa de Jurisprudências 4. Classificador de Documentos 5. Grafo de Legislação	Projeto em replanejamento no período de referência
Presidência	Eficiência na Prestação Jurisdicional	1. Painel BI para monitoramento de processos da Infância e Juventude - concluída 2. Projeto de agregação dos expedientes das Varas da Infância na SEJUD – em andamento (12%) 3. Programa de Capacitação de Entrevistadores Forenses para o Núcleo de Depoimento Especial - concluída 4. Plano de Comunicação e Sensibilização sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA - em andamento (95%) 5. Projeto de agregação dos expedientes dos Juizados Especiais na SEJUD - em andamento (aguardando atualização do cronograma para aferição percentual)	06/02/2026 Planejamento por fase
Secretaria-Geral Judiciária	Soluções Consensuais de Conflitos	1. Contratação de consultor(a) para serviço de ideação de soluções tecnológicas voltadas à finalização consensual de conflitos de forma online - ODR - em andamento (29%) 2. Implantação de mais 2 CEJUSCs Regionais – a iniciar 3. Expansão e Implantação da mediação pré-processual para casos dos Juizados Especiais que envolvam acidentes de trânsito sem vítimas – a iniciar 4. Monitoramento e aperfeiçoamento das atividades e produtividade dos CEJUSCs – a iniciar	18/06/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Governança Institucional	Datamart Administrativo	1. Análise e mapeamento dos dados e modelagem - concluída 2. Definição das regras de extração/desenvolvimento dos scripts e programas ETLs - concluída	30/01/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		3. Desenvolvimento dos painéis BI – Despesas com pessoal, com serviço de energia e água, serviço de manutenção e serviço de tecnologia - concluída 4. Homologação dos painéis BI - em andamento (96%)	
Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Superior da Magistratura do Ceará	Desenvolvimento de pessoas	1. Execução do Ciclo de Avaliação de Desempenho 2025-2026 - em andamento (44%) 2. Contratação de Programa de Cultura e Conscientização em SI - em andamento (86%) 3. Capacitação de 21 servidores(as) do TJCE na área de Inteligência Artificial 4.0 - concluída 4.Trilha de competências digitais para servidores - concluída 5. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação - concluída 6. Proteção na medida - concluída 7. Capacitação em “Storytelling com Dados para Comunicação e Atendimento de Sucesso” - concluída 8. Revitalização do ambiente EAD – Parceria com ENAP - concluída 9. Implantação do Sistema de Gestão Educacional - em andamento (46%) 10. Contratação MBA em Gestão Pública, Inovação e Poder Judiciário - 2ª turma - concluída	18/12/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas	Ferramenta de Gestão de Pessoas	1. Desenvolvimento e Implantação da Ferramenta de Gestão de Pessoas – SYDLE ONE - em andamento (47%) 2. Contratação de Ferramenta de Folha de Pagamento – SYDLE ONE - em andamento (93%)	24/02/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas e Assessoria de Comunicação	Clima Organizacional e Comunicação Interna	1. Contratação de consultor(a) para análise e descrição da cultura organizacional vigente no TJCE e proposição de plano de ações visando à mudança da cultura institucional para o patamar desejado, considerando a transformação digital pela qual passa o TJCE - em andamento (70%) 2 Plano de ação - Pesquisa de Clima Organizacional 2024 - em andamento (67%) 3. Reestruturação Pesquisa de Clima Organizacional 2026 - a iniciar 4. Aplicação da pesquisa de clima 2026 - a iniciar 5. Contratação de consultor(a) de Endomarketing - concluída 6. Plano de Comunicação Institucional - em andamento (91%) 7. Estudos de viabilidade para atualização de ferramentas - em andamento (37%) 8. Desenvolvimento de robô com disparos automáticos via whatsapp - em andamento	30/11/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		(64%) 9. Contratação de serviço de TV Corporativa - em andamento (25%) 10. Contratação de serviço de newsletter - em andamento (9%) 11. Entregas do eixo de lideranças femininas – em andamento (aguardando atualização do cronograma para aferição percentual)	
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização Tecnológica	1. Contratação de serviços de computação em nuvem (cloud broker) - em andamento (46%) 2. Solução de conectividade de núcleo (Switches) - em andamento (72%) 3. Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de hiperconvergência - concluída 4. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de links de comunicação de dados - em andamento (53%) 5. IA Generativa/Licenças do Power BI Premium - em andamento (85%) 6. Serviços de Tecnologia para o Sistema PJe - em andamento (36%) 7. Aquisição de 3.000 computadores - concluída 8. Notebooks - em andamento (78%) 9. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área de TI para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de tarefas de suporte, rotina e demanda (Service Desk) - em andamento (80%) 10. Solução Omnichannel – a iniciar 11. Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI - Etapa 3 - Arquitetura Corporativa Futura - em andamento (86%)	23/10/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Infraestrutura Física e Sustentabilidade	1. Desenvolvimento e implantação da Ferramenta de automação de gestão de suprimentos e patrimonial – SYDLE ONE - em andamento 2. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Contratação de Placas Solares (Fase 1) - concluída 3. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Execução do contrato (Fase 1) - a iniciar 4. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Contratação de Placas Solares (Fase 2) - em andamento (47%) 5. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Execução do contrato (Fase 2) - a iniciar 6. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Plano de Descarbonização - concluída 7. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - concluída 8. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Substituição de Equipamentos de Climatização - concluída	18/12/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		9. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Substituição de Lâmpadas Convencionais por LED - concluída 10. Justiça Carbono Zero – Fase 2 – a iniciar	
Corregedoria-Geral da Justiça e Secretaria de Finanças	Gestão Financeira e Arrecadação	1. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança - concluída 2. Implantação do Selo 14 - DUT Eletrônico - em andamento (99%) 3. Implantação do Selo 02 - Reconhecimento de Firma - concluída 4. Implantação do Selo 03 - Autenticação - concluída 5. Evolução do Sistema de Gestão da Arrecadação (SGA) - em andamento (96%) 6. Modelo Preditivo de Arrecadação - em andamento (94%) 7. Integração SAPRE-BANKJUS-CAIXA - em andamento (98%) 8. Contratação de consultor(a) individual para apoio à consultoria de gestão de custos - concluída 9. Contratação de serviços de consultoria especializada no desenvolvimento de modelo de gestão e governança de custos no âmbito do TJCE - em andamento (89%) 10. Desenvolvimento e implantação da Ferramenta de Gestão Financeira e de Custos – SYDLE ONE - em andamento (51%)	10/04/2026 Planejamento por fase
Consultoria Jurídica	Gestão das Contratações	1. Desenvolvimento de linguagem simplificada nos documentos dos processos de contratações - em andamento (28%) 2. Elaboração dos pareceres referenciais - em andamento (45%) 3. Oficinas para apresentação dos artefatos com linguagem simples - a iniciar 4. Desenvolvimento e Implantação da Ferramenta de Automação dos Processo de Gestão de Contratações e Contratos – SYDLE ONE - em andamento (49%)	15/03/2027 Planejamento por fase
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Plano de Obras	1. Reforma do Fórum de Jaguaruana 2. Reforma de 04 salões do Juri - FCB 3. Projeto de acessibilidade vertical FCB 4. Reforma do Fórum de Acopiara 5. Reforma do Fórum de São Benedito 6. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB 7. Construção do novo do Fórum de Icó 8. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim 9. Construção do novo do Fórum de Cascavel 10. Construção do novo do Fórum de Aracati 11. Reforma do Fórum de Jucás 12. Construção do novo Fórum de Nova Olinda 13. Reforma do Fórum de Jardim 14. Construção do novo Fórum de Milagres 15. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte 16. Reforma do Fórum de Caucaia 17. Reforma do Fórum de Tianguá	Projeto em replanejamento no período de referência



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		18. Reforma do Fórum de Eusebio 19. Reforma do Fórum de Maranguape 20. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte 21. Reforma do Fórum de Iguatu 22. Reforma do Fórum de Barbalha 23. Reforma do Fórum de Campos Sales 24. Construção do novo Fórum de Independência 25. Construção do novo Fórum de Redenção 26. Construção do novo do Fórum de Tabuleiro do Norte 27. Reforma do Fórum de Ipu 28. Reforma do Fórum de Pereiro 29 Reforma do Fórum de Itaitinga 30. Reforma do Fórum de Sobral 31. Construção do novo Fórum de Maracanaú 32. Reforma do Fórum de Massapê 33. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara 34. Contratação por tipologia 35. Sistema de áudio e vídeo (SAV) 36. Reforma do CDI para implantar a Sede Administrativa 37. Serviços complementares da Sede Judiciária 38. Reforma do Fórum de Boa Viagem 39. Serviços complementares do Plenário	
--	--	--	--

Nota: Em projetos planejados por fases, nem todas as entregas possuem suas atividades inicialmente detalhadas no cronograma, sendo esse planejamento elaborado gradualmente ao longo da execução do projeto. Já nos projetos com planejamento completo, todas as entregas previstas contam com cronograma detalhado em atividades e prazos.



INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

METAS NACIONAIS 2025

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/24 a 19/12/25, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/24 a 19/12/25.

Segmento	Distribuídos	Julgados	Cumprimento
1º Grau	347.161	354.002	101,97%
2º Grau	103.504	103.260	99,76%
Juizado Especial	86.360	84.131	97,42%
Turma Recursal	31.265	30.260	96,79%
TJCE	568.290	571.653	100,59%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

OBJ

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

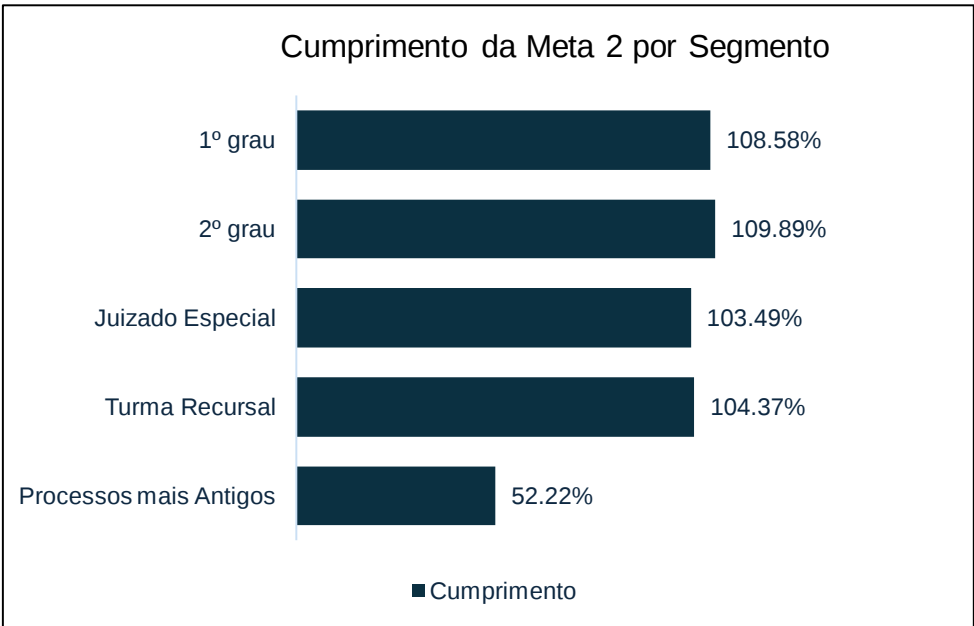
Identificar e julgar até 31/12/2025, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais.

Segmento	Cumprimento	Passivos	Resolvidos
1º grau	108,58%	519.829	451.527
2º grau	109,89%	45.805	45.302
Juizado Especial	103,49%	49.930	49.091
Turma Recursal	104,37%	12.723	12.615
Processos mais Antigos	52,22%	6.952	3.630

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

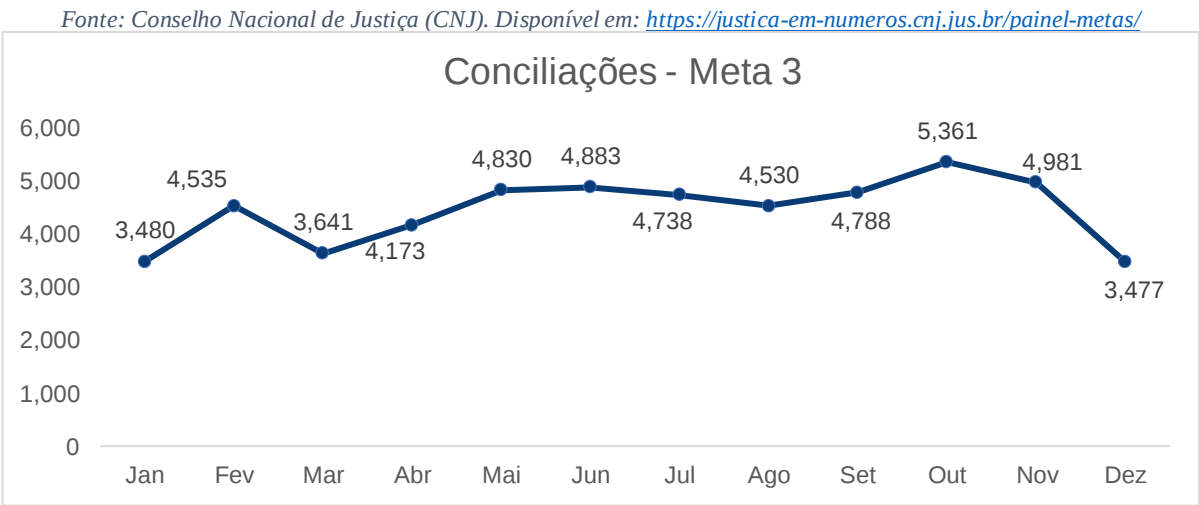


Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Tribunal	Conciliações Realizadas	Índice de Conciliação	Cumprimento
TJCE	53.417	16,35%	90,55%



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 26/10/2025,



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Tribunal	Passivo	Resolvidos	Cumprimento
Meta 4 - Crimes contra a Administração Pública			
TJCE	15.021	13.488	138,15%
Meta 4 – Improbidade Administrativa			
TJCE	4.488	3.722	82,93%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

[OBJ]

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%.

Percentual de cumprimento = $\left(\frac{TCLC2024 - 0,005}{TCLC2025}\right) * 100$

TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento.

Tribunal	TCLC 2024	TCLC 2025	Cumprimento
TJCE	59,84%	60,29%	98,43%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Segmento	Cumprimento	Passivos	Resolvidos
1º Grau	98,45%	1.000	700
2º Grau	184,62%	65	60
Juizado Especial	127,00%	263	167
Turma Recursal	200,00%	9	9

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Meta 7	Cumprimento
Indígenas	100,00%
Quilombola	100,00%

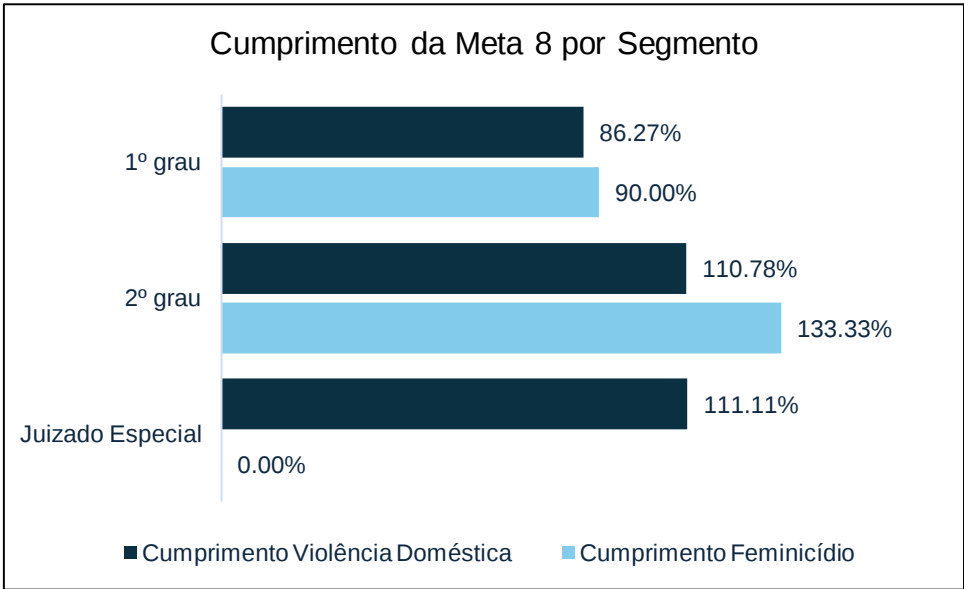
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

Meta 8	Passivo	Resolvidos	Cumprimento
Violência doméstica	29.586	23.046	86,55%
Feminicídio	365	261	95,34%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

Tribunal	Cumprimento	Projetos aprovados	Projetos avaliados
TJCE	100,00%	2	2

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente

Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Segmento	Cumprimento	Passivo	Resolvidos
1º Grau	85,55%	6 mil	4 mil
2º Grau	97,21%	574	558

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2025, com dados referentes ao ano de 2024.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2024 e 2025 foram retirados do Painel de Estatística do Justiça em Números do CNJ disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará.

Tabela: Justiça em Números 2024 e 2025 - Casos em Geral

CASOS EM GERAL		
2º GRAU	2024	2025
Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	9.029	10.346
Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	2.141	2.146
Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	11.924	13.183
Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	62.717	78.155
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	9.830	10.166
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	61.876	67.986
Recursos Internos no 2º Grau	18.758	20.898
Recursos Internos Julgados no 2º Grau	18.612	21.335
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	6.409	6.596
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	21.085	23.282
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	67.711	74.427
Decisões Terminativas de Processos Criminais no 2º Grau	21.593	23.675
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais no 2º Grau	83.453	88.291



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

1º GRAU – CONHECIMENTO		
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	70.959	75.336
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	262.863	274.449
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	184.815	177.674
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	430.131	449.513
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Criminais	86.252	84.333
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	262.485	258.654
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	76.968	63.192
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	272.431	262.332
Recursos Internos Novos no 1º Grau	8.428	24.001
Recursos Internos Julgados no 1º Grau	11.256	16.199
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau	4.448	12.654
1º GRAU – EXECUÇÃO		
Casos Novos de Execuções Fiscais	9.876	7.779
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	14.190	12.133
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.854	4.640
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.356	11.132
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	51.232	57.936
Casos Pendentes de Execuções Fiscais	90.090	78.564
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	68.553	67.852
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	12.587	12.826
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	49.196	49.911
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	95.070	123.070
Total de Processos Baixados de Execuções Fiscais	35.606	23.639
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.587	12.701
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.066	4.382
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.422	10.426
Total de Processos Baixados de Execução Judicial, exceto execuções penais	36.171	39.156
Sentenças em Execuções Fiscais	43.800	21.136
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto em execuções fiscais	11.582	13.167
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.492	3.738
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.184	9.586
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execuções penais	45.246	44.012
TURMA RECURSAL		
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Criminais	43	38
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Não-criminais	452	468
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Criminais	232	221
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Não-criminais	23.650	30.127
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	183	139
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	19.628	20.671
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	281	309
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	27.402	29.676
Decisões Terminativas de Processos Criminais nas Turmas Recursais	279	328
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais nas Turmas Recursais	30.135	34.476
Recursos Internos Novos nas Turmas Recursais	3.432	4.188
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	2.407	2.372
Recursos Internos Julgados nas Turmas Recursais	4.505	4.275



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO		
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	6.163	5.718
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	66.262	79.047
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	9.607	8.901
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.619	56.850
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	8.350	6.664
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	68.909	75.497
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	10.154	8.276
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	75.360	82.073
Recursos Internos Novos nos Juizados Especiais	4.517	7.902
Recursos Internos Julgados nos Juizados Especiais	5.552	6.548
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais	1.243	2.697
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO		
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.134	9.742
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0	0
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	14.993	20.929
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	9.541	9.793
Casos Pendentes de Execução de Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	0	0
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	19.856	25.925
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	9.426	9.644
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade	0	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	16.959	17.126
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	10.063	10.136
Sentenças em Execução Judicial de Penas Não-Privativas de Liberdade	2	0
Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	22.226	22.698

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2025, com os respectivos aumentos/reduções com relação a exercícios anteriores:



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2023-2025

Instância	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	945.375	930.442	959.410	397.295	421.330	443.405	424.500	461.703	417.163	427.504	443.589	433.291
2º Grau	74.413	71.764	78.231	68.020	85.858	103.867	83.623	105.074	111.978	69.946	88.834	97.733
Juizados Especiais	94.755	90.623	101.469	92.453	98.552	115.439	99.629	117.805	123.184	91.299	103.644	108.932
Turmas Recursais	23.054	19.811	20.810	21.308	24.377	30.854	24.602	30.416	34.804	22.547	27.687	29.987

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2023-2025

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	3.928	3.839	4.268	1.196	1.275	1.252
2º Grau	3.29	3.200	3.776	1.640	1.812	2.074



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Juizados Especiais	1.442	1.021	1.679	744	598	942
Turmas Recursais	2.745	2.864	3.191	1.295	1.587	1.934
Média Geral	2.852	2.731	3.228	1.218	1.318	1.550

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2023-2025

Instância	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	89,60	92,11	102,55	96,41	96,98	100,21
2º Grau	120,60	138,26	156,43	124,02	143,05	147,19
Juizados Especiais	231,13	219,98	270,35	228,25	231,35	255,11
Turmas Recursais	434,86	316,58	416,95	460,14	359,57	405,23
Média Geral	219,05	191,73	236,57	227,21	207,74	226,93

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

A taxa de congestionamento (TC) mede o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Neste caso, os pendentes são dados pela soma dos pendentes de baixa e os suspensos. Assim, a TC mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.

Tabela: Evolução da Taxa de Congestionamento 2023-2025

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2023	2024	2025
1º Grau	68,86%	67,72%	68,89%
2º Grau	51,55%	44,69%	44,46%
Juizados Especiais	50,93%	46,65%	48,23%
Turmas Recursais	50,56%	41,71%	40,97%

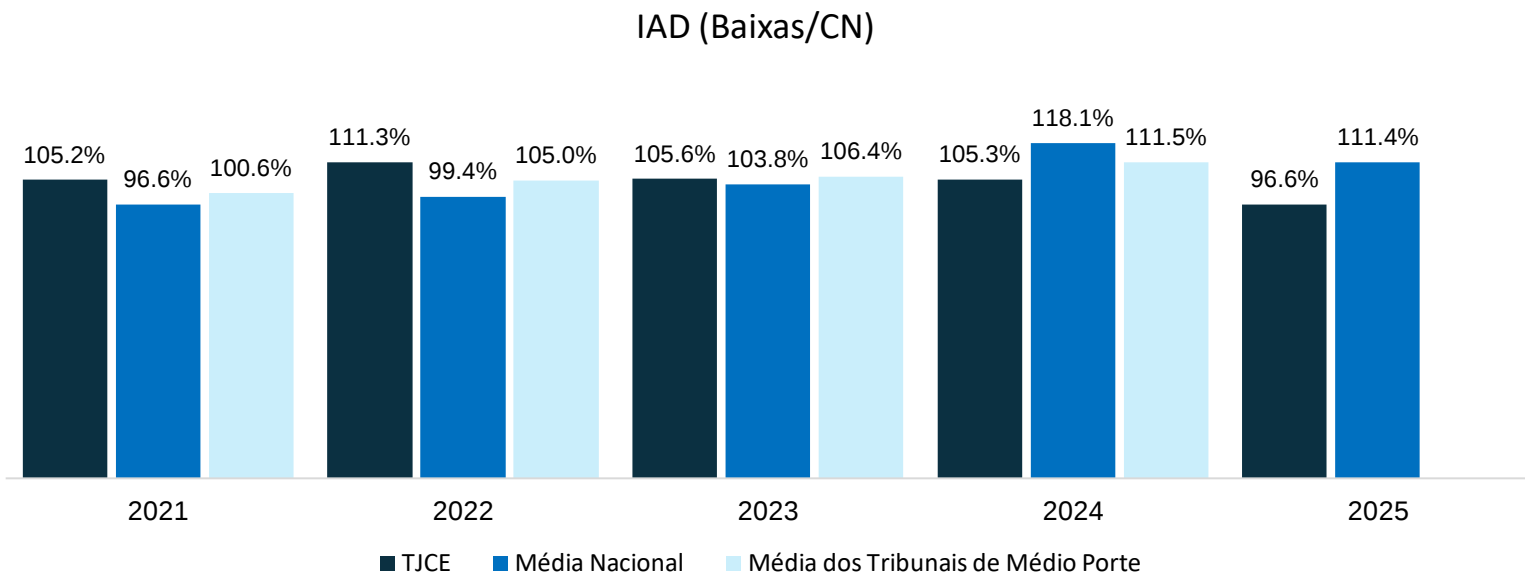
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O IAD permite verificar se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Sendo assim, o ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento de casos pendentes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO
NO PPA em 2025

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2025 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “1.9–Segurança Pública e Justiça” do Eixo “1–O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2024-2027)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seu programa temático de governo (Programa nº “192–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores de Tema Estratégico.

Tabela 1 - Desempenho dos Indicadores de Tema Estratégico.

TEMA 1.9 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA					
Resultado Temático: População segura, com direitos fundamentais garantidos, em especial proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio, com acesso a um sistema de justiça célere, resolutivo e humanizado, com ênfase nos grupos historicamente vulnerabilizados					
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização
Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual	Percentual de processos baixados em relação ao número de casos novos	2025	105,56	101,64	96,29
Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual	Percentual geral de satisfeitos dos 7 blocos avaliados (Acessibilidade; Atendimento Prestado; Prestação dos Serviços; Uso da Tecnologia da Informação; Comunicação com a Sociedade; Transparência nas Informações; Infraestrutura dos Prédios)	2025	66,00	73,97	112,08

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Tema Estratégico do PPA 2024-2027– Período: janeiro-dezembro de 2025).

O “Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual” - IAD reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

favorável durante o ano de 2025, visto que alcançou percentual de realização de 96,29% em relação à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 101,64%, que se manteve superior a 100%, onde se computou um total de 723.626 casos novos e de 735.459 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Cabe destacar que quando se compara o volume anual, observa-se um aumento de 6,92% de processos baixados em 2025 (735.459) em relação a 2024 (687.866), ao passo que o número de casos novos que ingressou em 2025 (723.626) foi 11,41% superior ao que ingressou em 2024 (651.758). Embora o TJCE tenha baixado mais processos do que recebeu ao longo do ano, o IAD não atingiu a meta estipulada de 105,56%, alcançando percentual de realização de 96,29% do indicador no PPA. Isso ocorreu porque o crescimento anual dos casos novos superou o crescimento das baixas, impactando o desempenho do indicador no acumulado de 2025, de 101,64%.

No entanto, o CNJ orienta manter o indicador acima de 100% a fim de evitar o crescimento do acervo e, com isso, estabilizar ou reduzir a Taxa de Congestionamento (TC), outro indicador de desempenho que mede a efetividade na solução de processos, indicando a capacidade do tribunal de dar vazão à demanda. Vale ressaltar que à medida que o estoque remanescente passa a ser composto por processos de maior complexidade e maior tempo de decisão, a TC tende a apresentar redução mais lenta, estabilização ou até mesmo aumento, mesmo com manutenção de IAD superior a 100%. E embora o TJCE mantenha ritmo crescente de produtividade, não houve respectivo aumento na capacidade produtiva, além disso, nem todo o acervo pode ser baixado no próprio ano, devido ao cumprimento de prazos legais e processuais, especialmente no caso de processos distribuídos no final do exercício de 2025, que naturalmente permanecem em tramitação.

Desse modo, frente ao cenário de um acervo processual volumoso e da necessidade de elevar a produtividade, diversas ações contribuíram para o desempenho no IAD apresentado pelo TJCE em 2025. Medidas como a realização da Semana de Baixas Processuais, a criação de novas unidades judiciárias, o estabelecimento das metas da GAM, a expansão do Nupaci para o interior e a disponibilização de painéis de BI no segundo semestre de 2025 atuaram diretamente na melhoria da gestão e do planejamento interno. Essas iniciativas aprimoraram o monitoramento dos resultados e estimularam o cumprimento das metas institucionais, impactando no desempenho do indicador, ainda que a meta final não tenha sido plenamente alcançada devido ao crescimento superior dos casos novos no período.

No que diz respeito ao indicador “*Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual*”, este mensura a satisfação da sociedade através da aplicação de questionários em pesquisa realizada com jurisdicionados e sociedade com posterior análise Quali-Quanti das respostas obtidas, cujos formulários apresentaram perguntas objetivas sobre a atuação do Judiciário estadual, avaliando os seguintes temas/eixos: Acessibilidade, Atendimento prestado, Prestação de serviços, Uso da tecnologia da informação, Comunicação com a sociedade, Transparência nas informações e Infraestrutura dos prédios.

Em relação aos resultados do indicador, destaca-se que em 2025 o indicador alcançou o patamar de 73,97%, superando a meta definida para 2025, de 66%. Apesar de atingir a meta, pode-se



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

identificar uma discreta queda de 0,5% na satisfação se comparado ao resultado de 2024 (74,47%). Porém, pode-se considerar pela pequena diferença, praticamente uma estabilidade no resultado.

Destaca-se que alguns eixos ainda apresentaram crescimento na satisfação se comparados ao ano anterior, como é o caso do eixo de Atendimento com 87,72% em 2024 e 89,16% em 2025; Infraestrutura com 67,23% em 2024 e 71,06% em 2025; e Acessibilidade com 72,06% em 2024 e 72,95% em 2025. Destaca-se, ainda, o aumento na quantidade de respondentes em 2025 (1.797) em relação a 2024 (1.555), aumentando a representatividade.

O Tribunal de Justiça do Ceará desenvolveu, em 2025, um conjunto amplo de ações alinhadas aos eixos da Pesquisa de Satisfação. As principais entregas planejadas ou executadas por eixo do indicador foram:

1- Acessibilidade: Incorporação de novos recursos ao aplicativo TJCE Mobile, ampliando a inclusão digital para pessoas com deficiência, e distribuídas cadeiras de rodas para todas as comarcas, fortalecendo a acessibilidade física nas unidades judiciárias.

2- Atendimento prestado: Expressivo avanço com a implantação de nove novos Centros de Atendimento ao Jurisdicionado, a ampliação dos Postos de Inclusão Digital, a criação da Central de Certidões Unificada e a centralização de diversos serviços na CAJ, permitindo atendimento mais integrado, humanizado e eficiente. A modernização do aplicativo TJCE Mobile agregou funcionalidades relevantes, como autorizações de viagem automatizadas, consultas processuais completas e avaliação contínua dos serviços.

3- Prestação de serviços: O Tribunal estruturou quatro Núcleos de Combate à Violência Doméstica em municípios estratégicos e expandiu significativamente o uso do PJe, adotando novos fluxos processuais e versão nacional atualizada, contribuindo para maior celeridade e padronização.

4- Uso da tecnologia da informação: Destacou-se a modernização da infraestrutura, com implantação de servidores de hiperconvergência, novos equipamentos na sede judiciária, instalação de firewalls e adoção de soluções de inteligência artificial para automatizar análises, rotinas e fluxos processuais. Também foram entregues 37 robôs destinados a atividades judiciais e administrativas, reduzindo tarefas repetitivas.

5- Comunicação com a sociedade: o TJCE ampliou sua presença e transparência por meio da simplificação de documentos, do *hotsite* dedicado ao Caso Curió, do projeto Foca no Direito e de campanhas voltadas à inclusão, proteção de direitos e diálogo social, como Dignidade 60+, Justiça por Elas, além de ações temáticas nas redes sociais.

6- Transparência nas informações: O Tribunal manteve elevado nível de conformidade com o Ranking do CNJ, garantindo atualização contínua do Portal da Transparência, oferta de bases de dados abertas, publicação de informações sobre pessoal, licitações, contratos, participação social e relatórios da Lei de Acesso à Informação.

7- Infraestrutura dos prédios: Foram implementadas ações de eficiência energética, como instalação de placas solares, inventário de emissões, substituição de aparelhos e lâmpadas, além de compostagem e reciclagem. O TJCE concluiu reformas e novas obras e apresentou planejamento robusto para 2025-2027, incluindo a construção de onze fóruns e a reforma de dezenove unidades, com

investimento estimado em mais de duzentos milhões de reais.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas do programa finalístico em 2025.

Tabela 2 - Desempenho físico das Entregas do Programa.

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.								
Objetivo específico	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2025	Realizado em 2025	% Execução Física	Loa + créditos 2025	Empenhado 2025	% Execução orçamentária - financeira
192.1 - Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	2.186,00	3.218,00	147,21	3.206.322,00	2.599.710,41	81,08
	1898 - UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Unidade	124,00	119,00	95,97	32.094.339,68	21.484.934,48	66,94
	1899 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Unidade	270,00	270,00	100,00	1.900.732.088,85	1.879.505.822,02	98,88
	1900 - SERVIÇO OFERTADO	Unidade	521.157,00	589.379,00	113,09	66.711.837,00	63.157.393,67	94,67
	2057 - UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA	Unidade	8,00	1,00	12,50	9.547.567,54	7.885.683,47	82,59
192.2 - Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	25,00	32,00	128,00	18.533.190,99	17.912.245,79	96,65



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

transformação digital.								
192.3 - Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital.	1901-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA A IMPLANTADA	Unidade	1,00	2,00	200,00	23.984.169,30	23.137.066,14	96,47
	1902-CURSO OFERTADO	Unidade	100,00	235,00	235,00	2.171.261,71	2.171.261,71	100,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).

O programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*, cujo público-alvo consiste nas partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral, tem como objetivos específicos e respectivas entregas ofertadas para o público-alvo: 1) **Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade** (AGENTE PÚBLICO CAPACITADO; UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA; UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA; SERVIÇO OFERTADO; e UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA); 2) **Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital** (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA); e 3) **Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital** (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA e CURSO OFERTADO).

De janeiro a dezembro de 2025, o Programa apresentou R\$ 2.017.854.117,69 de recursos aplicados na oferta das seguintes entregas, cujos desempenhos foram: 1-AGENTE PÚBLICO CAPACITADO: os cursos de capacitação realizados contribuíram para capacitar 3.218 servidores e magistrados com um total de R\$ 2.599.710,41 de recursos empenhados, com realização de 147,21% de execução física e de 81,08% de execução financeira; 2-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA: 119 unidades judiciárias estruturadas com um total de R\$ 21.484.934,48 de recursos empenhados, com realização de 95,97% de execução física e de 66,94% de execução financeira; 3-UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA: todas as iniciativas realizadas contribuíram para manter 270 unidades judiciárias com um total de R\$1.879.505.822,02 de recursos empenhados, com realização de 100% de execução física e de 98,88% de execução financeira; 4-SERVIÇO OFERTADO: foram 589.379 serviços cartorários gratuitos em todo o Estado com um total de R\$ 63.157.393,67 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 113,09% de execução física e de 94,67% de execução 5-UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA: houve 1 entrega concluída, com um total de R\$ 7.885.683,47 de recursos empenhados, com realização de 12,50% de execução física e de 82,59% de execução financeira; 6-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA para aprimorar os serviços judiciais ofertados teve execução física de 32 entregas com um total de R\$ 17.912.245,79 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 128% de execução física



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

e de 96,65% de execução financeira; 7-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA para fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário apresentou execução física de 2 soluções entregues com um total de R\$ 23.137.066,14 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se realização de 200% de execução física e de 96,47% de execução financeira; e 8-CURSO OFERTADO: houve a entrega de 235 cursos em transformação digital com um total de R\$ 2.171.261,71 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se 235% de execução física e 100% de execução financeira.

É oportuno destacar que, entre as realizações das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, importante entrega que também compõe o processo de transformação digital do TJCE por meio da execução do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), estão 24 robôs desenvolvidos (Robô Certificar decurso de prazo; Robô Comunicação Automática SEEU; Robô Juntada e Implantação SEEU; Robô Redistribuição SEJUD 2º Grau; Robô Protocolar SISBAJUD - Competência Cível; Robô Intimação por Sistema - Contrarrazões; Robô Redistribuição Novas Câmaras; Robô Selecionar Central de Mandados no PJE - NUPACI E SEJUD Cariri; Robô Autorização de Viagens; e Robô Citação / Ciência / Intimação Pessoal por Domicílio Judicial Eletrônico; Robô Redistribuição entre regimes na mesma unidade no SEEU; Robô Resposta SISBAJUD; Robô Cadastro e Distribuição SEEU; Robô Realização automática de expedientes em lote; Robô Expedição de Certidão de Antecedentes Penais no PJE; Robô Identificar prioridade tramitação por idade e retificar autuação; e Robô Intimação por Sistema - Ciência - PJESG; Robô Realizar Triagem Inicial no PJE; Robô Intimação para Comunicações; Robô Minutar Ato Judicial; Robô Movimentação para Elaborar Cálculos no PJe; Robô Remessa de Ofícios pelo Sistema ou CEMAM - PJe 1º e 2º graus; Robô Expedição de Ato Ordinário em Tarefas de Cálculo; e Robô Movimentar processos a partir da tarefa [SEC] - Expedientes); 05 ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas (Piloto Classificador de assuntos e de Petição Inicial; Piloto Classificador Binário de Documentos; Tradução Simultânea; Prescrição Intercorrente (fluxo extrajudicial); e Alteração de Imagem e Voz); 1 Solução tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração; 1 Solução tecnológica de armazenamento - Switch; 1 Sistema de Busca por Jurisprudências (SJURIS), que possui funcionalidades que permitem consultas de acórdãos e decisões monocráticas, contendo uma base de dados composta por decisões colegiadas (2º grau e Turmas Recursais) do Pje; Implantação de solução tecnológica para os Selos 02 - Reconhecimento de Firma / 03 - Autenticação; e Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Arrecadação (SGA) e sua integração com o sistema judicial Pje para os fluxos de processos do 1º grau.

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas aos objetivos específicos **"Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital"** e **"Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital"** se mostrou satisfatório no ano de 2025. Quanto às demais entregas vinculadas ao objetivo específico **"Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade"**, estas também se mostraram satisfatórias no período, a despeito de haver uma única entrega (UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA) que apresentou execução física bem abaixo da meta estipulada tendo em vista alguns problemas técnicos que ocasionaram atrasos nas obras, porém sua respectiva execução financeira está ocorrendo a contento para ações referentes a obras de construção de fóruns em andamento. Portanto, o



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

desempenho do programa EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL de uma forma geral vem se mostrando satisfatório no período, com bom progresso de execução física-financeira das entregas, contribuindo para o alcance dos objetivos específicos do programa.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro do programa por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2025.

Tabela 4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro do Programa (por Órgão Executor).

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.						
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)						
Órgão Executor	Descrição	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.695.184.334,82	1.692.095.368,61	1.687.279.403,59	99,82	99,53
FERMOJU	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	329.199.505,25	298.104.701,70	222.379.320,37	90,55	67,55
FUNSEG	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	12.106.936,00	10.099.187,18	8.724.274,11	83,42	72,06
FECDOJ	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.490.001,00	17.554.860,20	17.554.860,20	85,68	85,68
TOTAL		2.056.980.777,07	2.017.854.117,69	1.935.937.858,27	98,10	94,12

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).

Tabela 5 - Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos).



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.989.991,00	33.886.548,27	32.296.812,20	96,85	92,30
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	722.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.674.425.962,82	1.670.861.214,22	1.667.634.985,27	99,79	99,59
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	346.841.912,25	313.106.355,20	236.006.060,80	90,27	68,04
TOTAL	2.056.980.777,07	2.017.854.117,69	1.935.937.858,27	98,10	94,12

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).

É possível verificar que, no geral, em 2025, houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 95% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FECDOJ e FERMOJU, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Destaca-se que a execução orçamentária do órgão executor FERMOJU foi alavancada principalmente pela execução do custeio de manutenção que engloba os contratos de serviços continuados (cerca de R\$ 269.071.087,08) e de investimentos realizados em tecnologia da informação (infraestrutura e segurança), e na execução do Plano de Obras do Tribunal de Justiça (reformas, ampliações e construção de fóruns), que somaram R\$ 29.033.614,62 de recursos empenhados.

Observa-se ainda que o FUNSEG, embora tenha apresentado execução orçamentário-financeira num patamar um pouco abaixo das outras fontes, evidenciou melhora de sua execução em 2025,



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

alavancando o percentual de recursos empenhados para 83,42%, representando um aumento de 111,46% em relação à 2024. Isso se deu, especialmente, a partir do avanço da implementação do projeto setorial de “Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário”, que contribuiu para alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030. Entre as contratações previstas no escopo do projeto que começaram a ser executadas destacam-se os serviços de segurança armada, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x.

No que diz respeito às Fontes de Recursos, destaca-se que as fontes “756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, “500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS”, 754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO” e “759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS” também apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Destaca-se que a fonte “754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO”, na qual são executadas as contratações dos projetos do Promojud, apresentou um percentual 16,16% inferior de execução em 2025 comparativamente a 2024, tendo em vista que 2025 foi o penúltimo ano de execução do Promojud, cujo repasse dos recursos de financiamento tendem a diminuir ao longo do tempo dado o escopo e maturidade do planejamento do programa. A despeito disso, em 2025 a execução na fonte de recursos de operações de crédito corroborou com os bons resultados apresentados das entregas de SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA, conforme reportado acima

QUADRO DE PESSOAL

Quadro de pessoal e alocação da força de trabalho no Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Tabela 01 - Quadro de Pessoal 2025 – Tribunal de Justiça.

VÍNCULO	TJCE			COMARCA DE FORTALEZA		COMARCAS DO INTERIOR		TOTAL
	1º grau	2º grau	ADM	1º grau	ADM	1º grau	ADM	
Desembargador	0	54	0	0	0	0	0	54
Estagiários	0	344	222	760	0	436	1	1763
Exclusivamente comissionado	0	250	132	769	0	806	10	1967
Magistrados	0	0	0	210	0	210	0	420
Servidores	0	412	632	1119	0	1094	13	3270
Terceirizados	0	18	1100	95	0	300	20	1533
Cedidos/externos	0	3	6	4	0	1151	46	1210
Total Resultados	0	1101	2075	2517	24	3998	90	10.217

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoas - AdmRH, dados referentes a dez./2025.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Observações:

- 1) Considerou-se apenas o pessoal ativo e com licenças temporárias.

RECURSOS PATRIMONIAIS

Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará – 2025.

Tabela 01 – Recursos Patrimoniais 2025 – Tribunal de Justiça.



Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

BENS MÓVEIS								
Conta	Grupo	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav.(R\$)	Saldo atual(R\$)
123110303	0050	MOBILIÁRIO EM GERAL	38.229.269,12	3.378.854,51	0,00	0,00	0,00	41.608.123,63
123110202	0020	EQUIPAMENTO PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	67.026.169,99	2.163.177,29	399.699,06	0,00	0,00	68.789.648,22
123110405	0019	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	3.576.575,73	57.260,70	139.257,00	0,00	0,00	3.494.579,43
123110102	0015	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.681.362,46	11.500,00	0,00	0,00	0,00	1.692.862,46
123110302	0017	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306,00
123110199	0037	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	13.412.000,36	827.680,28	0,00	0,00	0,00	14.239.680,64
123110201	0096	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	842.381,78	20.008.577,19	2.258,02	0,00	0,00	20.848.700,95
123119999	0054	OUTROS BENS MÓVEIS	447.338,41	16.305.499,92	0,00	0,00	0,00	16.752.838,33
123110501	0082	VEÍCULOS EM GERAL	1.623.203,44	3.399,60	0,00	0,00	0,00	1.626.603,04
123110301	0002	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.403.151,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.403.151,93
123110402	0032	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	609.421,74	0,00	0,00	0,00	0,00	609.421,74
123110103	0001	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	140.984,66	63.900,00	0,00	0,00	0,00	204.884,66
123110401	0004	BANDEIRAS E FLÂMULAS	17.092,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.092,00
123110105	0016	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.644.633,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644.633,05
123110406	0052	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	55.935,38	0,00	0,00	0,00	0,00	55.935,38
123110121	0045	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	4.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.680,00
Total:			131.714.506,05	42.819.849,49	541.214,08	0,00	0,00	173.993.141,46
BENS INTANGÍVEIS								
	Grupo	Descrição	Saldo ant.(R\$)	Incorp.(R\$)	Baixas(R\$)	Reinc.(R\$)	Reav.(R\$)	Saldo atual(R\$)
124110200	0160	SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	68.254,29	0,00	0,00	0,00	0,00	68.254,29
124110291	0030	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	2.026.470,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.026.470,16
Total:			2.094.724,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.094.724,45
Total Geral:			133.809.230,50	42.819.849,49	541.214,08	0,00	0,00	176.087.865,91

Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

A Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará constam em Anexo a este Relatório.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 04 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Tabela 01 - Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025
LEI Nº 19.154, de 23/12/2024
Consolidado por Órgão

Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO						
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp. % Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82 99,54
04200001	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	310.467.016,81	92,05 71,30
04200003	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	10.737.526,00	13.337.526,00	10.234.386,33	8.835.453,74	76,73 66,25
04200004	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.490.001,00	20.490.001,00	17.554.860,20	17.554.860,20	85,68 85,68
Total Geral		2.661.634.605,00	2.749.826.873,16	2.705.080.843,08	2.606.938.196,17	98,37 94,80

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2025:

Tabela 02 - Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025
LEI Nº 19.154, de 23/12/2024
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO						
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp. % Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82 99,54
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.650.182.946,00	1.612.138.719,25	1.611.372.360,48	1.607.244.053,70	99,95 99,70
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	542.195.509,00	660.372.502,07	658.158.329,46	656.505.611,91	99,66 99,41
44	INVESTIMENTOS	2.591.107,00	8.050.608,84	6.956.499,31	6.331.199,81	86,41 78,64
Total Geral		2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82 99,54

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2025, representou 99,95% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 03 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais.

		ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Elemento		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO		
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp. % Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.650.182.946,00	1.612.138.719,25	1.611.372.360,48	1.607.244.053,70	99,95 99,70
03	PENSÕES	3.143.886,00	3.233.886,00	3.224.419,69	3.224.419,69	99,71 99,71
07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	2.167.982,00	3.040.965,38	2.935.829,93	2.935.829,93	96,54 96,54
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.307.528.157,00	1.294.951.587,54	1.294.864.427,25	1.293.753.952,44	99,99 99,91
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	8.095.936,00	7.935.936,00	7.886.668,78	7.886.668,78	99,38 99,38
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	270.493.369,00	283.786.677,06	283.375.384,98	281.074.728,96	99,86 99,04
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	46.487.124,00	11.180.563,31	11.179.873,24	11.179.873,24	99,99 99,99
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.169.303,00	5.091.501,19	5.003.435,51	5.003.435,51	98,27 98,27
96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.097.189,00	2.917.602,77	2.902.321,10	2.185.145,15	99,48 74,90

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 04 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes.

		ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Elemento		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO		
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp. % Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	542.195.509,00	660.372.502,07	658.158.329,46	656.505.611,91	99,66 99,41
08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	159.539.378,00	171.314.928,96	171.028.393,93	170.991.950,33	99,83 99,81
14	DIÁRIAS - CIVIL	5.966.393,00	4.535.545,08	4.535.545,08	4.535.545,08	100,00 100,00
15	DIÁRIAS - MILITAR	423.925,00	292.051,41	292.051,41	292.051,41	100,00 100,00
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	131.000,00	25.000,00	25.000,00	22.760,23	100,00 91,04
35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.826.376,00	4.604.548,51	4.604.548,51	3.895.765,10	100,00 84,61
37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	20.000,00	4.295.514,04	4.295.514,00	3.822.499,48	100,00 88,99
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.206.083,00	2.286.600,71	2.286.600,71	2.244.613,72	100,00 98,16
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.362.486,00	18.456.632,07	18.456.632,07	18.086.982,38	100,00 98,00
46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	163.885.938,00	141.495.006,22	140.767.573,97	140.767.573,97	99,49 99,49
47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	222.761,04	220.600,80	200.001,73	99,03 89,78
91	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.733.167,00	2.062.363,20	1.910.184,20	1.910.184,20	92,62 92,62
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	190.097.763,00	310.781.550,83	309.735.684,78	309.735.684,28	99,66 99,66

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 05 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Investimentos.



		Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO				
Código	Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp. % Pago
04000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.591.107,00	8.050.608,84	6.956.499,31	6.331.199,81	86,41 78,64
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.438.030,00	288.122,34	288.122,34	288.122,34	100,00 100,00
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.153.077,00	625.299,50	625.299,50	0,00	100,00 0,00
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	7.137.187,00	6.043.077,47	6.043.077,47	84,67 84,67

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,08% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

No que tange aos assentamentos patrimoniais e contábeis constam identificadas divergências de registros, em processo de saneamento, conforme detalhado nas Nota Explicativas às Demonstrações Contábeis. Tais divergências devem ser compreendidas no contexto de ajustamento patrimonial conduzido pelo TJCE, que envolveu inventário geral, conciliação físico-contábil, reavaliação de bens, revisão de parâmetros lógicos do sistema, atualização normativa e estruturação de medidas de governança patrimonial.

O saneamento das diferenças patrimoniais vem sendo tratado pela Administração como medida estruturante e plurianual, inclusive no âmbito do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em tramitação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará. As divergências remanescentes possuem natureza formal, lógica, temporal ou contábil, não havendo, no atual estágio, elementos que indiquem dano ao erário, desaparecimento de bens ou ausência de controle patrimonial.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2025, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantém o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, realizando o repasse da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em R\$ 19.11.2025 conforme processo administrativo nº 8530034-72.2025.8.06.0000.

GOVERNANÇA, SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E TRANSPARÊNCIA

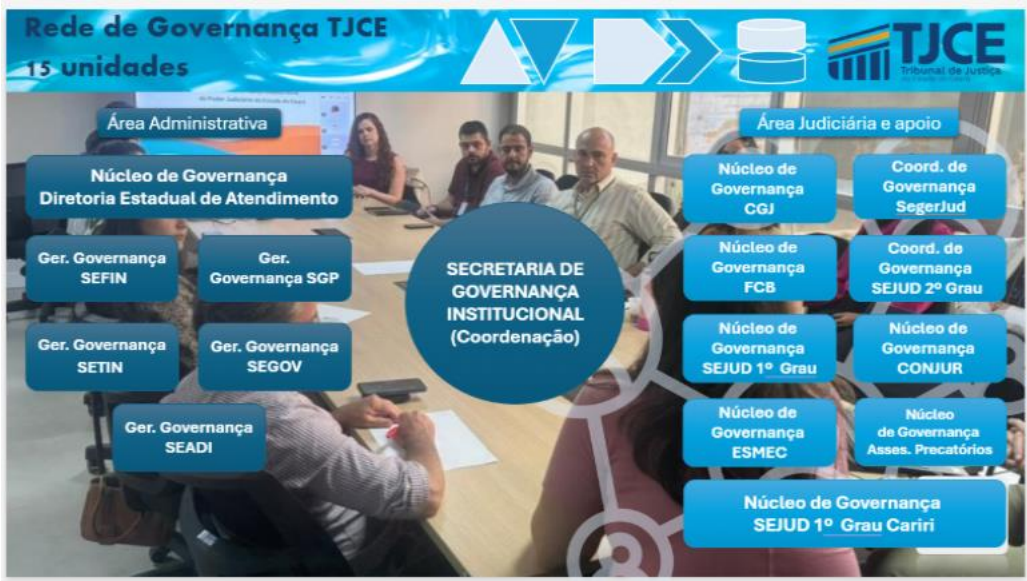
GOVERNANÇA

A Secretaria de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), foi instituída pela Resolução do Tribunal Pleno Nº 02/2025, e com a incumbência de fazer a articulação institucional das demais secretarias administrativas (Gestão de Pessoas, Finanças, Administração e Infraestrutura e Tecnologia da Informação). Ao longo do exercício de 2025, a referida Secretaria atuou de maneira sistemática na implantação, avaliação e fortalecimento das práticas de governança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), coordenando a Rede de Governança Institucional, instituída pela Resolução nº 12/2022.

No âmbito dessa atuação, a Secretaria exerceu a coordenação técnica das unidades integrantes da Rede de Governança, abrangendo 15 unidades das áreas administrativa e judiciária, promovendo a integração entre as unidades setoriais. Adicionalmente, foi realizada orientação contínua às unidades quanto às suas atribuições, responsabilidades e boas práticas de governança, consolidando o papel da Secretaria.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Em 2025, destacou-se a elaboração do Diagnóstico de Maturidade em Governança, estruturado com base em um modelo de maturidade baseado em 10 práticas de governança. Para a operacionalização do diagnóstico, foi elaborado e aplicado questionário padronizado, contendo 52 questões, o qual subsidiou a coleta de informações. Ademais, foram realizadas reuniões técnicas com todas as unidades, com a finalidade de prestar esclarecimentos, validar as informações apresentadas e contextualizar as respostas obtidas.

A partir das informações coletadas, procedeu-se à avaliação das práticas de governança, mediante análise das evidências apresentadas pelas unidades, com a consequente atribuição de notas e classificação dos níveis de maturidade (Inicial, Básico, Intermediário e Avançado). Os resultados foram consolidados por unidade, por área (administrativa e judiciária) e por prática avaliada, permitindo uma visão abrangente do nível de maturidade da governança institucional no âmbito do Tribunal.

No contexto da análise realizada, foi realizado o mapeamento das boas práticas existentes, com destaque para unidades de maior maturidade, e a identificação de fragilidades estruturais, como: insuficiência de pessoal, a necessidade de capacitação em governança, a baixa sistematização de processos, indicadores e controles, bem como o registro de atividades alheias à governança, as quais geram sobrecarga e desviam o foco das atribuições institucionais.

Com base nos resultados do diagnóstico, a Secretaria de Governança Institucional apoiou as unidades na definição de metas de maturidade para cada prática avaliada, bem como prestou orientação para a elaboração de planos de melhoria, com priorização das práticas consideradas críticas. Nesse contexto, foram indicadas ações estruturantes voltadas à evolução gradual da governança institucional.

Por fim, procedeu-se à sistematização e consolidação de todos os dados coletados e analisados, culminando na elaboração do Relatório de Resultados Gerais da Rede de Governança, documento que contempla análises comparativas, rankings por prática e considerações estratégicas, disponibilizando informações relevantes para subsidiar a tomada de decisão pela Alta Administração.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Dessa forma, verifica-se que, no exercício de 2025, a Secretaria de Governança Institucional atuou de forma estruturante ao implantar um processo institucional de diagnóstico, avaliação e orientação da governança, criando uma base técnica sólida para o aprimoramento contínuo da gestão e da governança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



Em complemento às práticas de governança institucional apresentadas neste Relatório de Gestão, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará mantém mecanismos de controle voltados ao fortalecimento da conformidade, da integridade, da gestão de riscos e da transparência administrativa. Esses mecanismos estão estruturados por meio do Sistema de Controle Interno, da Política de Gestão de Riscos e das ações de transparência institucional, contribuindo para o monitoramento dos processos, a prevenção de irregularidades, o aperfeiçoamento da gestão e a prestação de contas à sociedade.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) contribui para o fortalecimento da governança institucional, promovendo a transparência, a integridade, a conformidade e a eficiência da gestão administrativa. Sua estrutura foi definida pela Lei Estadual nº 18.561, de 6 de novembro de 2023, e regulamentada pela Resolução do Tribunal Pleno nº 04/2026, com base no modelo das Três Linhas.

Nesse modelo, a Primeira Linha é responsável pela execução das atividades e pela implementação e manutenção dos controles internos em seus processos de trabalho. A Segunda Linha exerce funções de orientação, supervisão, monitoramento e suporte às unidades da Primeira Linha, promovendo a padronização de procedimentos e o fortalecimento da gestão de riscos e dos controles internos. A Terceira Linha, representada pela Auditoria Interna, atua de forma independente e objetiva, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos exercidos pelas duas primeiras linhas.

Sua organização, competências e funcionamento estão disciplinados, principalmente, pela Resolução nº 04/2026, que organiza o sistema com base no modelo das três linhas, alinhado às melhores práticas internacionais de controle interno e gestão de riscos, e amplamente reconhecido pelo Institute of



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Internal Auditors (IIA), em que sua composição está disposto no art. 6º da referida Resolução:

*Art. 6º Integram a estrutura do Sistema de Controle Interno do PJCE:
I - Primeira Linha: todos que executam atividades e tarefas operacionais e unidades de controle interno setoriais; II - Segunda Linha: exercida pela Secretaria de Governança Institucional e seu Núcleo de Controle Interno Institucional; e III - Terceira Linha: exercida pela Secretaria de Auditoria Interna.*

A Primeira Linha compreende todas as unidades administrativas responsáveis pela execução das atividades e pela implementação dos controles internos, abrangendo os agentes que desempenham funções operacionais e de gestão, bem como as unidades de controle interno setoriais.

Compete à Primeira Linha:

- a) implementar e manter controles internos;
- b) gerenciar riscos operacionais;
- c) assegurar a conformidade com normas e metas institucionais;
- d) alimentar sistemas de transparência e prestação de contas.

A Segunda Linha é exercida pela Secretaria de Governança Institucional, por meio do Núcleo de Controle Interno Institucional, sendo responsável por apoiar, monitorar e supervisionar a gestão de riscos e a efetividade dos controles internos adotados pela Primeira Linha.

São atribuições da Segunda Linha:

- a) definir metodologias e diretrizes de controle interno;
- b) monitorar riscos e conformidade;
- c) consolidar informações gerenciais para a alta administração;
- d) promover a cultura de integridade e transparência.

Destacam-se, no âmbito dessa estrutura, a atuação da Coordenadoria de Conformidade e da Coordenadoria de Riscos e Transparência, unidades estratégicas para o fortalecimento da governança institucional.

A Terceira Linha é representada pela Secretaria de Auditoria Interna, que atua de forma independente e objetiva, com a finalidade de agregar valor às operações institucionais e contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.

Compete à Terceira Linha:

- a) avaliar a eficácia dos controles internos;



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

- b) examinar os processos de governança e gestão de riscos;
- c) apoiar a melhoria contínua dos processos institucionais.

No âmbito da Terceira Linha de Defesa, a Secretaria de Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva na avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos do Tribunal. As informações relativas às suas atividades são divulgadas por meio dos instrumentos de planejamento e prestação de contas disponibilizados no Portal da Transparência do TJCE, incluindo o Plano Anual de Auditoria (PAA) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

O relacionamento entre as três linhas de defesa está disciplinado no art. 15 da Resolução nº 04/2026, que assegura a atuação integrada e coordenada entre as estruturas envolvidas. São estabelecidos os seguintes mecanismos de coordenação:

- I - realização de reuniões periódicas de alinhamento;
- II - intercâmbio contínuo de informações relevantes;
- III - elaboração conjunta de planos de ação e melhoria;
- IV - reporte tempestivo de não conformidades.

Em atendimento ao referido normativo, ao longo do exercício de 2025 foram realizadas reuniões periódicas, com frequência semanal, por meio da plataforma Microsoft Teams, envolvendo representantes da Primeira e da Segunda Linhas de Defesa. Tais encontros tiveram por finalidade promover o alinhamento institucional, acompanhar a implementação das ações relacionadas ao controle interno, à gestão de riscos e à conformidade.

Adicionalmente, foram realizadas reuniões quinzenais entre representantes da Segunda e da Terceira Linhas de Defesa, com o objetivo de fortalecer a comunicação institucional, promover o intercâmbio de informações relevantes, acompanhar ações de interesse comum e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle, gestão de riscos e governança.

O Sistema de Controle Interno também promoveu encontros ao longo do exercício de 2025, destacando-se o primeiro encontro presencial, realizado em fevereiro de 2025, com o objetivo de avaliar as ações executadas no exercício anterior, apresentar as alterações estruturais nas unidades de controle das secretarias e divulgar o Plano Anual de Auditoria para 2025.



Sistema de Controle Interno do TJCE realiza sua primeira reunião de 2025

Fonte: Portal do TJCE. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/sistema-de-controle-interno-do-tjce-realiza-sua-primeira-reuniao-de-2025/>

GESTÃO DE RISCOS

No âmbito da Segunda Linha do Sistema de Controle Interno, exercida pela Secretaria de Governança Institucional (SEGOV), foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da gestão de riscos e da transparência institucional, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos e nos normativos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

No exercício de 2025, destacaram-se avanços significativos no fortalecimento da gestão de riscos, com a revisão do Manual de Gestão de Riscos, adequando-o à reestruturação administrativa promovida pela Resolução nº 02/2025, bem como a implantação da metodologia da gestão de riscos, alinhada às melhores práticas de governança pública.

Como parte das ações de fortalecimento dessa gestão de riscos, foram promovidas capacitações voltadas às unidades de controle interno e às unidades gestoras, realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2025, totalizando 163 servidores capacitados. Essas ações contribuíram para o aprimoramento da identificação, análise e tratamento de riscos no âmbito institucional.

No mesmo período, procedeu-se à validação dos Planos de Riscos pelos gestores das unidades, resultando no levantamento de 558 riscos, sendo 146 classificados como estratégicos e 408 como operacionais. Na sequência, foram consolidadas as matrizes de riscos e elaborados os respectivos planos de tratamento, no período de novembro a dezembro de 2025, evidenciando a maturidade crescente do modelo de gestão adotado.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

TRANSPARÊNCIA

Destaca-se, no campo da transparência, a conquista do Selo Diamante de Transparência Pública, nível máximo de certificação concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), pelo segundo ano consecutivo.

O reconhecimento reflete o elevado desempenho do Tribunal, cujo portal institucional atingiu índice de 95,46% de transparência ativa, evidenciando o compromisso com a publicidade, a clareza das informações, a acessibilidade dos dados e o cumprimento dos normativos legais, especialmente aqueles relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação.



TJCE conquista Selo Diamante de Transparência Pública

Fonte: Portal do TJCE. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-conquista-selo-diamante-de-transparencia-publica/>

Outro resultado expressivo alcançado pelo Tribunal foi o atendimento de 95,31% dos critérios no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidenciando o compromisso institucional com a publicidade, acessibilidade das informações e controle social.

Adicionalmente, foi promovida a publicação do fluxo de acompanhamento dos indicadores relacionados ao Ranking da Transparência e ao PNTTP, conferindo maior rastreabilidade aos processos de monitoramento e melhoria contínua dos índices de transparência institucional.

Dessa forma, verifica-se que os mecanismos de controle interno, gestão de riscos e transparência adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará contribuíram para o fortalecimento da governança institucional, da conformidade, da integridade e da accountability, promovendo maior



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

segurança na tomada de decisões, melhoria contínua dos processos administrativos e ampliação da transparência perante a sociedade.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Governança Institucional



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

ANEXO

Relatório de imóveis do TJCE
2025

IMÓVEIS – TJCE			
ITEM	COMARCA	TIPO	LOGRADOURO
1	ABAIARA	FÓRUM	RUA JOÃO FELINTO DE SOUSA, S/N
2	ACARAPE	FÓRUM	RUA CHICO VIEIRA, S/N
3	ACARAÚ	CASA	RUA SANTO ANTONIO, 1495 – CENTRO
4	ACARAÚ	FÓRUM	RUA FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA, S/N, MONSENHOR SABINO
5	ACARAÚ	PRÉDIO	PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA
6	ACOIPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 420 – CASA 01 – CENTRO
7	ACOIPIARA	CASA	RUA TIBÚRCIO SOARES, 437 – CASA 02 – CENTRO
8	ACOIPIARA	FÓRUM	RUA CÍCERO MANDU, S/N
9	AIUABA	ANTIGO FÓRUM	RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA, 50
10	AIUABA	FÓRUM	RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA, S/N
11	AIUABA	CASA	RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA, 06, CENTRO
12	ALCÂNTARAS	FÓRUM	RUA FRANCISCO CUNHA, S/N, SÃO JOSÉ
13	ALTANEIRA	FÓRUM	RUA PADRE LUIS ANTÔNIO, 381
14	ALTO SANTO	CASA	R. JOÃO QUINCÓ, 272 – CENTRO
15	ALTO SANTO	FÓRUM	RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 32
16	ALTO SANTO	TERRENO	RUA JÃO QUINCÓ, S/N
17	AMONTADA	CASA	RUA MARTINS TEIXEIRA, S/N
18	AMONTADA	FÓRUM	RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA, 1310
19	ANTONINA DO NORTE	FÓRUM	RODOVIA CE 373, S/N
20	APUIARÉS	FÓRUM	AVENIDA GOMES DA SILVA, S/N
21	AQUIRAZ	CASA	RUA GAROUPA
22	AQUIRAZ	CASA	RUA KANGATI, 10
23	AQUIRAZ	CASA	RUA ENÉIAS DE ALMEIDA
24	AQUIRAZ	FÓRUM	RUA DA INTEGRAÇÃO, 167 -CENTRO
25	AQUIRAZ	PRÉDIO	RUA VIRGÍLIO COELHO, 112
26	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1310
27	ARACATI	CASA	RUA CASTELO, 1312
28	ARACATI	CASA	RUA CORONEL ALEXANDRINO, 1224
29	ARACATI	FÓRUM	TRAVESSA FELISMINO SILVA, 1079
30	ARACATI	PRÉDIO	RUA CORONEL ALEXANZITO, 789 (CARTÓRIO ELEITORAL)
31	ARACATI	TERRENO	LOTE VILA GREGA
32	ARACOIABA	CASA	R. LUIZ RIBEIRO, 50 – PLANALTO ARACOIABA
33	ARACOIABA	CASA	RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA, 359
34	ARACOIABA	FÓRUM	AVENIDA TIRADENTES,1449
35	ARARENDÁ	FÓRUM	RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM, S/N
36	ARARIPE	CASA	AV. VICENTE ALENCAR, S/Nº – CENTRO
37	ARARIPE	FÓRUM	AV. ANTÔNIO VALENTIN DE OLIVEIRA, S/N
38	ARATUBA	CASA	RUA JÚLIO PEREIRA, Nº 30, FORQUILHA
39	ARATUBA	FÓRUM	RUA JÚLIO PEREIRA, 30
40	ARNEIROZ	FÓRUM	TRAVESSA CORONEL VIRGÍLIO TÁVORA, S/N
41	ASSARÉ	CASA	RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 – CENTRO
42	ASSARÉ	FÓRUM	CEL. FRANCISCO GOMES, S/N, PEDRA DE FOGO (DES. EDMILSON CRUZ)
43	ASSARÉ	TERRENO	RUA S.D.O DE ACESSO A RUA CORONEL PEDRO ONOFRE, S/N / RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA, Nº 03 –



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

			CENTRO)
44	ASSARÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA PADRE EMÍLIO CABRAL, 320A
45	AURORA	CASA	RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA, Nº 07
46	AURORA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ LEITE, S/N
47	BAIXIO	CASA	RUA CEL. FRANCISCO LUIZ, S/Nº – CENTRO
48	BAIXIO	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N
49	BANABUIÚ	FÓRUM	AVENIDA QUEIROZ PESSOA, S/N
50	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 707
51	BARBALHA	CASA	RUA MARIA ILDUARA, 693
52	BARBALHA	FÓRUM	RUA ZUCA SAMPAIO, S/N
53	BARBALHA	PRÉDIO	RUA PRINCESA ISABEL, 118A
54	BARBALHA	TERRENO	RUA PRINCESA ISABEL, S/N
55	BARREIRA	FÓRUM	RUA PAULO JACÓ, 190
56	BARRO	CASA	RUA CRISANTINA M. DINIZ C/ AV. JANUÁRIO FEITOSA
57	BARRO	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO AUDERLEY CARDOSO, S/N
58	BARROQUINHA	FÓRUM	AVENIDA MARIA DIAMANTINAS VERAS, S/N
59	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (1)
60	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (2)
61	BATURITÉ	CASA	AV. OUVIDORMOR VITORIANO SOARES BARBOSA, S/Nº (3)
62	BATURITÉ	FÓRUM	PRAÇA WALDEMAR FALCÃO, S/N
63	BATURITÉ	ANTIGO FÓRUM	AVENIDA OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA
64	BATURITÉ	PRÉDIO	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 949
65	BATURITÉ	PRÉDIO	RUA PADRE ANTONIO PINTO, S/N
66	BATURITÉ	PRÉDIO	TRAVESSA 14 DE ABRIL
67	BEBERIBE	CASA	R. JOAQUIM DE QUEIROZ FACÓ, 208 – NOVO PLANALTO
68	BEBERIBE	FÓRUM	RUA JOAQUIM FACÓ, 244 – NOVO PLANALTO
69	BEBERIBE	TERRENO	RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA
70	BELA CRUZ	CASA	R. JOSÉ XEREZ DE SOUSA S/N
71	BELA CRUZ	CASA	RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/Nº
72	BELA CRUZ	FÓRUM	RUA SANTA CRUZ, S/N
73	BOA VIAGEM	FÓRUM	RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N, RUA RAIMUNDO PEREIRA BATISTA, S/N, VARZEA DO CANTO
74	BOA VIAGEM	ANTIGO FÓRUM	RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO, S/N
75	BOA VIAGEM	TERRENO	RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA, S/N
76	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 544 (SN)
77	BREJO SANTO	CASA	RUA MANUEL TIBURTINO FILHO, 303
78	BREJO SANTO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FIORENTINO DE ARAÚJO, S/N
79	BREJO SANTO	PRÉDIO	RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO, 274
80	BREJO SANTO	TERRENO	AVENIDA JOÃO INÁCIO DE LUCENA, S/N
81	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA Nº 561 A– CENTRO
82	CAMOCIM	CASA	RUA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 561 B – CENTRO
83	CAMOCIM	FÓRUM	RUA VINTE E QUATRO DE MAIO, S/N
84	CAMPOS SALES	CASA	RUA ENÉAS ARRAES, Nº 394 CENTRO
85	CAMPOS SALES	FÓRUM	RUA MANOEL MORAIS, 84
86	CANINDÉ	CASA	R. CELIO MARTINS Nº 714, IMACULADA CONCEIÇÃO
87	CANINDÉ	CASA	R. GERÔNCIO BRÍGIDO NETO, 685
88	CANINDÉ	CASA	RUA JOÃO PINTO DAMASCENO, 268
89	CANINDÉ	FÓRUM	RUA GERÔNCIO BRÍGIDO, 266
90	CANINDÉ	PRÉDIO	RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS
91	CAPISTRANO	CASA	R. ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA S/N – CENTRO
92	CAPISTRANO	FÓRUM	RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

93	CAPISTRANO	PRÉDIO	R. CEL. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE
94	CARIDADE	CASA	R.CEL. FRANCISCO LINHARES S/N
95	CARIDADE	FÓRUM	RUA CORONEL FRANCISCO LINHARES, 361
96	CARIRÉ	CASA	R. MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N – CENTRO
97	CARIRÉ	FÓRUM	RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO, S/N
98	CARIRIAÇU	CASA	RUA LUIZ BEZERRA, S/Nº - PARAÍSO
99	CARIRIAÇU	FÓRUM	RUA LUIZ BEZERRA, S/N
100	CARIUS	CASA	PRAÇA DA REPÚBLICA, (22)º CENTRO
101	CARIUS	FÓRUM	RUA VEREADOR BENEDITO DE OLIVEIRA, S/N
102	CARNAUBAL	CASA	RUA 22 DE JULHO, S/N – CENTRO
103	CARNAUBAL	FÓRUM	RUA JOSÉ BARROSO, 143
104	CASCADEL	CASA	RUA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, 508
105	CASCADEL	CASA	AV. JOÃO MOREIRA DE PAULA, 2240, COHAB
106	CASCADEL	FÓRUM	RUA PROFº JOSÉ ANTONIO DE QUEIROZ, S/Nº
107	CATARINA	CASA	RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES, S/Nº
108	CATARINA	FÓRUM	RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, S/N
109	CATUNDA	FÓRUM	RUA ANTONIO BARBOSA, 73 - CAIXA D´ÁGUA
110	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 483
111	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 503
112	CAUCAIA	CASA	RUA JOSÉ ROCHA, Nº 521
113	CAUCAIA	FÓRUM	RUA SÉRVULO BRAGA MOREIRA S/N (RUA 15 DE OUTUBRO), S/N, NOVO PABUSSÚ, S/N, NOVO PABUSSÚ
114	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA JUACI SAMPAIO PONTES, 2091
115	CAUCAIA	PRÉDIO	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 251, CENTRO, 61600110
116	CEDRO	CASA	RUA AZARAIS ALVES DINIZ, Nº 129 – CENTRO
117	CEDRO	FÓRUM	RUA CORONEL JOÃO CÂNDIDO, 578
118	CHAVAL	CASA	PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO, 83, CENTRO
119	CHAVAL	CASA	R. ZEFERINO COSTA, 265
120	CHAVAL	FÓRUM	RUA MAJOR FIEL, 299
121	CHORÓ	FÓRUM	RUA UNIVERSITÁRIA, 440
122	CHOROZINHO	CASA	AV. DR. LUIZ COSTA S/N, BAIRRO LEIRÕES
123	CHOROZINHO	FÓRUM	AVENIDA DOUTOR LUIZ COSTA, S/N
124	COREAÚ	CASA	CONJUNTO COHAB – S/N,
125	COREAÚ	CASA	RUA CEL. ANTÔNIO TELES, S/N
126	COREAÚ	FÓRUM	RODOVIA CE 071
127	CRATÉUS	CASA	AV. DR. MOREIRA DA ROCHA, 1821
128	CRATÉUS	CASA	R. EDILBERTO FROTA, 1819 – FÁTIMA II
129	CRATÉUS	CASA	RUA GENTIL BARREIRA, Nº 716
130	CRATÉUS	FÓRUM	AVENIDA EDILBERTO FROTA, S/N / RUA JONAS GOMES DE FREITAS, S/N - CAMPO VELHO)
131	CRATÉUS	PRÉDIO	GALERIA GENTIL CARDOSO, S/N (Rua Cel. Totó 1101 – Ag Banco Brasil)
132	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - AV. PEDRO GONÇALVES DE NORÔES, 280 - BAIRRO GRANGEIRO, CASA 01
133	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 02
134	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 03
135	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 04
136	CRATO	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 05
137	CRATO	FÓRUM	RUA ÁLVARO PEIXOTO DE ALENCAR, S/N
138	CROATÁ	CASA	R. VEREADOR RAIMUNDO RIBEIRO DE ABREU S/N
139	CROATÁ	FÓRUM	RUA VEREADOR RAIMUNDO DE ABREU, S/N
140	CRUZ	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO S/N
141	CRUZ	FÓRUM	AVENIDA ANTÔNIO MUNIZ NETO, 01
142	DEP IRAPUAN PINHEIRO	FÓRUM	RUA CÂNDIDO BORGES, S/N
143	ERERÊ	FÓRUM	RUA JOSÉ PESSOA DE QUEIROZ, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

144	EUSEBIO	CASA	RUA ISAIAS FAÇANHA, S/Nº TIMBU
145	EUSEBIO	FÓRUM	AVENIDA EUSÉBIO DE QUEIROZ, S/N
146	FARIAS BRITO	CASA	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, Nº 404
147	FARIAS BRITO	FÓRUM	RUA ANTÔNIO FERNANDES DE LIMA, 386
148	FORQUILHA	CASA	AV. CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/Nº CENTRO
149	FORQUILHA	FÓRUM	AVENIDA CRIANÇA DANTE VALÉRIO, S/N, CENTRO
150	FORTALEZA	FÓRUM	RUA DES. FLORIANO BENEVIDES, 220 - EDSON QUEIROZ
151	FORTALEZA	PRÉDIO	AV. DA UNIVERSIDADE, 3281, BENFICA
152	FORTALEZA	CASA	AVENIDA BENÚ MARCONDES, 421, CONJUNTO NOVA ASSUNÇÃO
153	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 3288, BENFICA
154	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (TRIBUNAL DE JUSTIÇA)
155	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (SETIN)
156	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GAL. AFONSO ALBUQUERQUE LIMA, S/N (CORREGEDORIA)
157	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GEN. OSÓRIO DE PAIVA, 1220, PARANGABA
158	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA GODOFREDO MACIEL, 3100, MARAPONGA
159	FORTALEZA	PRÉDIO	AVENIDA K, 130, JOSÉ WALTER
160	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA 729, 3ª ETAPA, 443, CONJUNTO CEARÁ
161	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA BETEL, 1330, ITAPERI
162	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA CARLOS CHAGAS, 800, BOM SUCESSO
163	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DES. JOÃO FIRMINO, 360, MONTESE
164	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DO LAGO, 340, TANCREDO NEVES
165	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA DR. JOÃO GUILHERME, 257 ANTONIO BEZERRA
166	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA GENERAL BEZERRIL, 722, CENTRO
167	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA HERMINA BONAVIDES, 399, PRAIA DO FUTURO
168	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA JORGE DUMAR, 1517, BENFICA
169	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA MÁRIO MAMEDE, 1301, BAIRRO DE FÁTIMA (10ª UNIDADE JUIZADO ESPECIAL)
170	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA RAMIRES MARANHÃO DO VALE, 70, ÁGUA FRIA
171	FORTALEZA	CASA (VARA FORA DO FÓRUM)	RUA TABELIÃO FABIÃO, 114, PRESIDENTE KENNEDY
172	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA ROBERTO SILVA, 70, ÁGUA FRIA
173	FORTALEZA	CASA	RUA ALMEIDA FILHO, 636, MONTE CASTELO
174	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SANTA EFIGÊNIA, 299, MESSEJANA
175	FORTALEZA	PRÉDIO	RUA SENADOR POMPEU Nº 1127/BARÃO DO RIO BRANCO Nº 1200
176	FORTIM	CASA	AV. JOAQUIM CRISÓSTOMO Nº 1500 – CENTRO.
177	FORTIM	FÓRUM	RUA JOAQUIM CRISÓSTOMO, S/N
178	FRECHEIRINHA	CASA	RUA TENENTE ÂNGELO, 86 CENTRO
179	FRECHEIRINHA	FÓRUM	AVENIDA JOAQUIM PEREIRA, 727
180	GENERAL SAMPAIO	FÓRUM	TRAVESSA JOSÉ SEVERINO FILHO, S/N
181	GRAÇA	CASA	AV. JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, S/Nº CENTRO
182	GRAÇA	FÓRUM	RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO, 337
183	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 01 – CENTRO.
184	GRANJA	CASA	R. DEPUTADO CARVALHO ROCHA S/N, RESIDENCIA 02 – CENTRO.
185	GRANJA	FÓRUM	RUA VALDOMIRO CAVALCANTE, S/N
186	GRANJEIRO	FÓRUM	RUA FRANCISCO MONTEIRO GRANJEIRO, S/N
187	GROAIRAS	CASA	R. JOSÉ F. DO NASCIMENTO, S/Nº CAP. J. LINHARES
188	GROAIRAS	FÓRUM	RUA PRINCESA ISABEL, 1520
189	GROAIRAS	PRÉDIO	RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO, S/N - memorial



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

190	GUAIUBA	FÓRUM	RUA FAUSTO ALBUQUERQUE, S/N
191	GUARACIABA DO NORTE	CASA	R. NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 741 – CENTRO
192	GUARACIABA DO NORTE	FÓRUM	RUA PADRE BERNARDINO MEMÓRIA, 322
193	GUARAMIRANGA	FÓRUM	RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA, S/N
194	HIDROLÂNDIA	CASA	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, S/N
195	HIDROLÂNDIA	FÓRUM	AVENIDA CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ, S/N
196	HORIZONTE	CASA	RUA ANA NOGUEIRA LOPES 305 – CENTRO
197	HORIZONTE	PRÉDIO	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241 (antigo fórum)
198	HORIZONTE	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO EUDES XIMENES, 241
199	IBARETAMA	FÓRUM	RUA LUIZ CAMURÇA, S/N
200	IBIAPINA	CASA	AV. SARGENTO JOÃO GOMES NETO, Nº 202 – CENTRO
201	IBIAPINA	FÓRUM	AVENIDA DEPUTADO ÁLVARO SOARES, S/N
202	IBICUITINGA	FÓRUM	AVENIDA CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO, S/N
203	ICAPUÍ	CASA	RUA DOS PORFÍRIOS S/N – CENTRO
204	ICAPUÍ	FÓRUM	AVENIDA CHICO FÉLIX, S/N
205	ICÓ	CASA	AV. JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, Nº 1788 – CENTRO
206	ICÓ	CASA	RUA B - LOTEAMENTO JOSÉ BARRETO, 1472 - NOVO CENTRO
207	ICÓ	FÓRUM	AVENIDA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO, 1760
208	ICÓ	TERRENO	RAIMUNDO GEOVÁ BRAGA, S/N, CENTRO GERENCIAL
209	IGUATU	CASA	RUA JOÃO XXIII, Nº 35 – CENTRO
210	IGUATU	CASA	RUA JOSÉ AMARO, 261 – BUGI
211	IGUATU	CASA	RUA JÚLIO CAVALCANTE, 1650 – BUGI
212	IGUATU	FÓRUM	RUA JOSÉ AMARO, S/N
213	IGUATU	TERRENO	JOAQUIM EDILMAR AMARO
214	IGUATU	PRÉDIO	AVENIDA AGENOR ARAÚJO, S/N (JUNTA DE ALISTAMENTO)
215	INDEPENDÊNCIA	CASA	RUA FREI VIDAL, Nº 535 – CENTRO
216	INDEPENDÊNCIA	FÓRUM	RUA SANTA TERESINHA, 510
217	IPAPORANGA	CASA	RUA PEDRO CORREIA LEITÃO DO BOMPRINCÍPIO/ESQUINA RUA JOÃO LUCIANO
218	IPAPORANGA	FÓRUM	RUA PEDRO CORRÊIA LEITÃO, S/N
219	IPAUMIRIM	CASA	RUA ANA ALEXANDRE GONÇALVES, 27 – VILA BANCÁRIA
220	IPAUMIRIM	FÓRUM	CE 151 KM 21,30, S/N
221	IPU	CASA	RUA JOANA MIMOSO, S/Nº CAIXA DÁGUA
222	IPU	FÓRUM	PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, 1020
223	IPUEIRAS	CASA	RUA VICENTE FERREIRA LIMA
224	IPUEIRAS	FÓRUM	RUA CORONEL GUILHERMINO, S/N
225	IRACEMA	CASA	R. ULISSES DE HOLANDA CAMPELO, 407 – CENTRO
226	IRACEMA	CASA	RUA GERVÁSIO HOLANDA GUERRA, Nº 1371
227	IRACEMA	FÓRUM	AV. AUGUSTA CLEMENTINA DE NEGREIROS, S/N, JATOBÁ
228	IRACEMA	PRÉDIO	RUA CELSO GOMES DA SILVA, 133
229	IRAUÇUBA	CASA	RUA JORGE DOMINGUES, S/Nº
230	IRAUÇUBA	FÓRUM	AVENIDA PAULO BASTOS, 802
231	ITAIÇABA	FÓRUM	VILA OLÍMPICA, 400 – SÃO FRANCISCO
232	ITAITINGA	CASA	R. FCO CORDEIRO DE OLIVEIRA Nº 1019 – CENTRO.
233	ITAITINGA	FÓRUM	AVENIDA CEL VIRGÍLIO TÁVORA, 1208
234	ITAPAJÉ	ANTIGO FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, 104
235	ITAPAJÉ	FÓRUM	RODOVIA BR 222, KM 121, S/N, LOTEAMENTO ASA BRANCA III, BAIRRO FERROS, 62607000 / RUA



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

			FRANCISCO JASON BARRETO, 234
236	ITAPIPOCA	CASA	PREMISLAU CAMERINO, Nº 68, COQUEIRO
237	ITAPIPOCA	CASA	RUA 07 DE SETEMBRO, Nº 35
238	ITAPIPOCA	CASA	RUA INOCÊNCIO BRAGA 3779
239	ITAPIPOCA	FÓRUM	AVENIDA ESAU ALVES AGUIAR, 2011, FAZENDINHA
240	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 380
241	ITAPIPOCA	PRÉDIO	AVENIDA ANASTACIO BRAGA, 676 - ALTOS
242	ITAPIÚNA	CASA	R. JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, 55
243	ITAPIÚNA	CASA	RUA JOAQUIM BEZERRA, 46
244	ITAPIÚNA	FÓRUM	RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA, S/N
245	ITAREMA	CASA	AV. RIOS 410 – CENTRO
246	ITAREMA	FÓRUM	AVENIDA RIOS, 440
247	ITATIRA	CASA	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/Nº
248	ITATIRA	FÓRUM	RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA, S/N
249	JAGUARETAMA	CASA	RUA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES – CENTRO,
250	JAGUARETAMA	FÓRUM	RUA RIACHO DE SANGUE, 786
251	JAGUARIBARA	FÓRUM	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
252	JAGUARIBE	CASA	R. ALTO DO CRUZEIRO S/N
253	JAGUARIBE	FÓRUM	AV. 08 DE NOVEMBRO,1261, CENTRO
254	JAGUARUANA	CASA	RUA CEL. RAIMUNDO FRANCISCO
255	JAGUARUANA	FÓRUM	RUA CORONEL RAIMUNDO FRANCISCO, 1402
256	JARDIM	CASA	RUA SANTO ANTONIO, S/N
257	JARDIM	FÓRUM	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N
258	JATI	CASA	R. HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
259	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 68
260	JATI	CASA	RUA SABINO PEREIRA, 38
261	JATI	FÓRUM	AV. JOSÉ HUMBERTO ALCÂNTARA GONDIM, 145
262	JJOCA DE JERICOACOARA	FÓRUM	TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE, CENTRO / RUA MINAS GERAIS, 418 – CENTRO
263	JUAZEIRO DO NORTE	CASA	CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO CASA 01 a 06
264	JUAZEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA MARCIONILIA PESSOA SILVA, 800
265	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA ERIVANDO DA CRUZ, 50
266	JUAZEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS, 130, LAGOA SECA
267	JUCAS	CASA	RUA MARIA DE LURDES, Nº 60 / RUA ORMECINDA CORREIA LEITE, S/Nº
268	JUCAS	FÓRUM	RUA JOSÉ FACUNDO LEITE, S/N
269	LAVRAS DA MANGABEIRA	ANTIGO FÓRUM	RUA XAVIER ANGELO, 70
270	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOÃO LÚCIO SOBREIRA (RUA JOÃO LUDUGÉRIO SOBREIRA, Nº 118 – SISTEMA GUARDIÃO)
271	LAVRAS DA MANGABEIRA	CASA	RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO
272	LAVRAS DA MANGABEIRA	FÓRUM	RUA VICENTE VELOSO DA SILVA, S/N
273	LIMOEIRO DO NORTE	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 633 – CENTRO
274	LIMOEIRO DO NORTE	CASA	RUA CEL. JOSÉ NUNES Nº 655 – CENTRO
275	LIMOEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA JOÃO MARIA DE FREITAS 1147
276	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL JOSÉ NUNES
277	LIMOEIRO DO NORTE	PRÉDIO	RUA CORONEL ANTÔNIO JOAQUIM, 2187



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

278	MADALENA	CASA	R. JOSÉ HOMERO DE PINTO, 81
279	MADALENA	FÓRUM	RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA, 51
280	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 1 CENTRO
281	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 2 CENTRO
282	MARACANAÚ	CASA	AV. ESTRUTURANTE OESTE, S/Nº – CASA 3 CENTRO
283	MARACANAÚ	FÓRUM	AV. DOS ESTRUTURANTES, 2 - ANTONIO JUSTA
284	MARACANAÚ	PRÉDIO	RUA EDSON QUEIROZ, 2 - ANTONIO JUSTA
285	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
286	MARANGUAPE	CASA	RUA DR. ANGEL BRAGA REBSTER, S/Nº
287	MARANGUAPE	FÓRUM	LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE, OUTRA BANDA / RUA CAPITÃO JEOVÁ COLLARES, S/N - OUTRA BANDA
288	MARANGUAPE	PRÉDIO	PRAÇA DES. PONTES VIEIRA, CENTRO
289	MARCO	CASA	RUA OSTERNO S/N – CENTRO.
290	MARCO	FÓRUM	RUA DEPUTADO FRANCISCO MONTE, S/N
291	MARTINOPOLES	FÓRUM	AV. CAPITÃO BRITO, CENTRO
292	MASSAPÊ	CASA	RUA SIGEFREDO ARRUDA S/N – CENTRO
293	MASSAPÊ	FÓRUM	RUA PREFEITO BETO LIRA, 373 - CENTRO
294	MAURITI	CASA	AV. BURITI GRANDE, S/Nº – CENTRO
295	MAURITI	CASA	RUA JOSÉ QUINTINO LEITE, 129
296	MAURITI	FÓRUM	RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, 1000
297	MERUOCA	CASA	AV. JOÃO SANFORD, S/N, CENTRO
298	MERUOCA	FÓRUM	RUA MONSENHOR FURTADO, S/N
299	MILAGRES	CASA	RUA SANDOVAL LINS, S/Nº CENTRO
300	MILAGRES	FÓRUM	RUA PALMEIRINDO MENDONÇA E SILVA, S/N
301	MILHÃ	FÓRUM	RUA A, S/N - CENTRO
302	MIRAIMA	FÓRUM	AV. LINDOLFO BRAGA, 636 – CENTRO
303	MISSÃO VELHA	CASA	RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA SOUSA, Nº 150
304	MISSÃO VELHA	FÓRUM	RUA CORONEL JOSÉ DANTAS, S/N
305	MOMBAÇA	FÓRUM	RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES, S/N, VILA SALETE
306	MOMBAÇA	PRÉDIO	ANÉSIA CASTELO, MEIRELES, 01, CENTRO
307	MONSENHOR TABOSA	CASA	RUA CORONEL EPIFANIO, Nº 02
308	MONSENHOR TABOSA	CASA	RUA JOÃO PAMPLONA S/Nº CENTRO
309	MONSENHOR TABOSA	FÓRUM	RUA PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA, S/N
310	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 761
311	MORADA NOVA	CASA	RUA RAIMUNDA NÉRI Nº 779
312	MORADA NOVA	FÓRUM	AVENIDA MANOEL CASTRO, 680
313	MORAÚJO	FÓRUM	RODOVIA CE071
314	MORRINHOS	CASA	AV. CORAÇÃO DE MARIA S/N – SÃO LUIZ
315	MORRINHOS	FÓRUM	RUA MONSENHOR ATAIDE, S/N
316	MUCAMBO	CASA	RUA VICENTE GOMES, S/Nº CENTRO
317	MUCAMBO	FÓRUM	RUA VICENTE GOMES, S/N
318	MULUNGU	CASA	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/Nº CENTRO
319	MULUNGU	FÓRUM	RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY, S/N
320	NOVA JAGUARIBARA (JAGUARIBARA)	PRÉDIO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 186
321	NOVA OLINDA	FÓRUM	AVENIDA ALVIN ALVES, 18
322	NOVA RUSSAS	CASA	RUA 9, Nº 63, BAIRRO COHAB
323	NOVA RUSSAS	CASA	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1761
324	NOVA RUSSAS	FÓRUM	RUA LEONARDO ARAÚJO, 1752
325	NOVA RUSSAS	TERRENO	RUA EXPEDITO CHAVES, S/N
326	NOVA RUSSAS	TERRENO	ANASTÁCIO RODRIGUES DE CARVALHO



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

327	NOVO ORIENTE	CASA	RUA COELHO DA SILVA, 90
328	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAPITÃO RODRIGUES, S/Nº
329	NOVO ORIENTE	CASA	RUA CAZUZA ROCHA, Nº 57
330	NOVO ORIENTE	FÓRUM	AVENIDA FRANCISCO RUFINO, S/N
331	NOVO ORIENTE	PRÉDIO	RUA DEOCLECIANO ARAGÃO, 53
332	OCARA	FÓRUM	TRAVESSA ANTÔNIO JOSÉ CORREIA, 135 – CENTRO
333	ORÓS	CASA	R. EXPEDITO PAULENO DA SILVA, 09 – CENTRO
334	ORÓS	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ FARES LOPES, S/N
335	PACAJUS	CASA	RUA CEL. CÍCERO NOGUEIRA, Nº 363, CENTRO
336	PACAJUS	CASA	RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA Nº 600
337	PACAJUS	FÓRUM	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENEZES, S/N - CROATÁ II
338	PACAJUS	TERRENO	RUA LÚCIO JOSÉ DE MENESES
339	PACATUBA	CASA	RUA RAIMUNDO SIQUEIRA, Nº 2006 CENTRO
340	PACATUBA	CASA	RUA URBANO PINHEIRO, Nº 1285 CENTRO
341	PACATUBA	FÓRUM	RUA CEL. JOSE LIBANIO, 155
342	PACOTI	CASA	RUA CASTELO BRANCO, S/N
343	PACOTI	CASA	RUA JOÃO HIPÓLITO, 56
344	PACOTI	FÓRUM	RUA PADRE QUILIANO, 57
345	PACUJA	FÓRUM	RUA DOMINGOS MARIANO, S/N - BANANEIRA
346	PALHANO	FÓRUM	AVENIDA POSSIDÔNIO BARRETO, 280
347	PALMACIA	CASA	RUA FRANCISCO QUEIROZ, S/Nº, CENTRO
348	PALMACIA	FÓRUM	RUA FRANCISCO DE QUEIROS, 1 – CENTRO
349	PARACURU	CASA	RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA, Nº 151
350	PARACURU	FÓRUM	RUA SÃO JOAO EVANGELISTA, 506 – CAMPO DE AVIAÇÃO
351	PARAIPABA	CASA	RUA EVARISTO GOMES, Nº 41 CENTRO
352	PARAIPABA	FÓRUM	RUA DOMINGOS BARROSO, S/N
353	PARAMBU	CASA	RUA ABDIAS ALVES DE ARAÚJO, S/N, HORÁCIO HOLANDA
354	PARAMBU	FÓRUM	RUA LUIZ MOREIRA LIMA, S/N - HORÁCIO ALVES NORONHA
355	PARAMOTI	FÓRUM	RUA GONÇALVES SOARES, S/N /AVENIDA PREFEITO WILSON SAMPAIO S/N - PREFEITO ARACI SANTOS
356	PEDRA BRANCA	CASA	AV. FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N
357	PEDRA BRANCA	FÓRUM	RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE, S/N - POSTO II
358	PENAFORTE	FÓRUM	AV. ANA TEREZA DE JESUS, S/N
359	PENTECOSTE	CASA	AV. DR. MOREIRA DE AZEVEDO
360	PENTECOSTE	CASA	AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES, Nº 134
361	PENTECOSTE	FÓRUM	RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA, S/N
362	PEREIRO	CASA	AV. JOÃO HOLANDA S/N – CENTRO
363	PEREIRO	FÓRUM	RUA CORONEL PORTO, S/N
364	PEREIRO	TERRENO	AVENIDA JOSÉ MILTON DE MORAIS, S/N
365	PINDORETAMA	FÓRUM	RUA ODILO MAIA GONDIM, S/N
366	PIQUET CARNEIRO	FÓRUM	RUA ANTONIO FERNANDES, S/N
367	PIRES FERREIRA	FÓRUM	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/N
368	PORANGA	CASA	AV. DR. EPITÁCIO DE PINHO S/N.
369	PORANGA	FÓRUM	RUA DR EPITÁCIO PINHO, S/N
370	PORTEIRAS	CASA	RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS, S/Nº CENTRO
371	PORTEIRAS	FÓRUM	RUA PREFEITO ANTÔNIO DENGUINHO DE SANTANA, 30
372	POTENGI	FÓRUM	RUA ANTONIO GUEDES NETO, S/N - SÃO FRANCISCO
373	POTENGI	PRÉDIO	RUA MÃE DOS SANTOS, S/N
374	POTIRETAMA	FÓRUM	RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA, 50
375	QUITERIANÓPOLIS	FÓRUM	RUA JOSÉ COSTA LIMA, S/N - CIDADE NOVA
376	QUIXADÁ	CASA	RUA CARLOS JEREISSATI, Nº 772
377	QUIXADÁ	CASA	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO, Nº 1107



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

378	QUIXADÁ	CASA	RUA TRAVESSA TIRADENTES, 229
379	QUIXADÁ	FÓRUM	AVENIDA JESUS MARIA JOSÉ, S/N, BAIRRO DOS MONÓLITOS
380	QUIXADÁ	PRÉDIO	AVENIDA PLÁCIDO CASTELO, 2028
381	QUIXADÁ	PRÉDIO	RUA JOSÉ JUCA (2ª PAV. DO BANCO DO BRASIL), S/N
382	QUIXELÔ	CASA	RUA SÃO FRANCISCO, S/Nº CENTRO
383	QUIXELÔ	FÓRUM	RUA MARIA JÚLIA DO NASCIMENTO (ANTIGA RUA DAS PALMEIRAS), S/N
384	QUIXERAMOBIM	CASA	AV. GERALDO BIZARRIA DE CARVALHO, 1003.
385	QUIXERAMOBIM	CASA	RUA DR. MIGUEL PINTO, Nº 423
386	QUIXERAMOBIM	FÓRUM	AVENIDA DR. JOAQUIM FERNANDES, 670
387	QUIXERAMOBIM	TERRENO	LOTEAMENTO RESIDENCIAL IRMÃ MARIA TEREZA
388	QUIXERÉ	CASA	RUA MANUEL GONÇALVES Nº 231 – CENTRO
389	QUIXERÉ	FÓRUM	RUA MANOEL GONÇALVES,257
390	REDENÇÃO	CASA	RUA PADRE BARROS, S/Nº – CENTRO
391	REDENÇÃO	FÓRUM	RUA PADRE BARROS, 264
392	RERIUTABA	CASA	RUA AGRÍPIO TEODORO, S/Nº BARRO VERMELHO
393	RERIUTABA	FÓRUM	AVENIDA JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE, S/N
394	RUSSAS	CASA	AV. BEJAMIN CONSTANT/AV. IRMÃ MARIA DASGRAÇAS, Nº 294 – CENTRO
395	RUSSAS	CASA	RUA DR. JOSÉ RAMALHO Nº 1335 – CENTRO
396	RUSSAS	PRÉDIO	TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA DA COSTA, S/N / RUA PADRE RAUL VIEIRA, Nº 424
397	RUSSAS	PRÉDIO	RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO, 137 / RUA PADRE RAUL VIEIRA, Nº 424
398	RUSSAS	PRÉDIO	RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO, S/N
399	RUSSAS	FÓRUM	TRAVESSA ANTONIO GONÇALVES FERREIRA, S/N, BAIRRO TABULEIRO DO CATAVENTO OU BAIRRO GUANABARA, 62900-000 (VIZINHO A UPA)
400	SABOEIRO	CASA	RUA VEREADOR ELÍZIO FLORENTINO, S/N
401	SABOEIRO	FÓRUM	RUA VEREADOR ELISIO FLORENTINO TEIXEIRA, S/N
402	SABOEIRO	TERRENO	RUA MONOEL DE PAULA FERNANDES VIEIRA
403	SALITRE	FÓRUM	RUA SÃO FRANCISCO, S/N
404	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 01 – PRIMAVERA
405	SANTA QUITÉRIA	CASA	AV. JOAQUIM EURICO LOBO, S/Nº – CASA 02 – PRIMAVERA
406	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO (fórum)	AV. PROJETADA 01, ESQUINA COM UMA RUA PROJETADA 04 / RUA MARIA ENEIDA BEZERRA DE ANDRADE, S/N - WAGNER ANDRADE
407	SANTA QUITÉRIA	PRÉDIO (ANTIGO FÓRUM)	RUA JOÃO RODRIGUES PINTO, 392
408	SANTANA DO ACARAÚ	CASA	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
409	SANTANA DO ACARAÚ	FÓRUM	RUA MANOEL JOAQUIM Nº S/N
410	SANTANA DO CARIRI	CASA	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/Nº, CENTRO
411	SANTANA DO CARIRI	FÓRUM	RUA DEPUTADO FURTADO LEITE, S/N - CENTRO
412	SÃO BENEDITO	CASA	RUA MONSENHOR CUSTÓDIO, 1560
413	SÃO BENEDITO	CASA	RUA TABAJARA, 1560 – BAIRRO CORRENTE, DE FRENTE PARA RUA FRANCISCO BRANDÃO (IMÓVEL 2834)
414	SÃO BENEDITO	FÓRUM	RUA DR. FRANCISCO RUBENS BRANDÃO, S/N, BAIRRO CORRENTE
415	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CASA	RUA AURINEIDE VIANA ESQUINA COM RUA FILOMENA MARTINS – BAIRRO SANTA CRUZ
416	SÃO GONÇALO	CASA	RUA JOSÉ OURIVES (IMÓVEL 2211)



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	DO AMARANTE		
417	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FÓRUM	RUA EDITE MOTA, 201
418	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	FÓRUM	RUA DANIEL RODRIGUES, 547
419	SÃO LUIS DO CURU	CASA	TRAVESSA MIQUELINO LOPES S/N – CENTRO.
420	SÃO LUIS DO CURU	FÓRUM	RUA FLORÊNCIO TABOSA, S/N
421	SENADOR POMPEU	CASA	R. ADONIAS MANO DE CARVALHO, 99
422	SENADOR POMPEU	CASA	R. FCO. LEANDRO, 81
423	SENADOR POMPEU	ANTIGO FÓRUM	RUA MARCIONÍLIO GOMES DE FREITAS, S/N
424	SENADOR POMPEU	FÓRUM	RUA ARTHUR TORRES ALMEIDA, S/N - CENTRO
425	SENADOR SÁ	FÓRUM	AV. VINTE E TRÊS DE AGOSTO, 32
426	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 01
427	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 02
428	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 03
429	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 04
430	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 05
431	SOBRAL	CASA	RUA MAR DEL PLATA - CONDOMÍNIO JUDICIÁRIO - CASA 06
432	SOBRAL	FÓRUM	AVENIDA MONSENHOR ALOÍSIO PINTO, 1300
433	SOBRAL	PRÉDIO	PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS, S/N
434	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, 359
435	SOBRAL	PRÉDIO	RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES, S/N
436	OLONÓPOLE	CASA	RUA ANTÔNIO OZIREZ PINHEIRO
437	OLONÓPOLE	CASA	RUA Mª. FRANCELINA PINHEIRO LANDIM Nº 1046
438	OLONÓPOLE	FÓRUM	AVENIDA PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, 108
439	TABULEIRO DO NORTE	CASA	RUA GERÔNIMO BATISTA Nº 4278, 08 DE JUNHO
440	TABULEIRO DO NORTE	FÓRUM	RUA MARIA ALARCON, 433
441	TABULEIRO DO NORTE	TERRENO	RUA ZIL TAMIR CHAVES
442	TAMBORIL	CASA	RUA TABELIÃ ANA ARAÚJO RIBEIRO, S/N
443	TAMBORIL	FÓRUM	RUA JESUÍTA ADEODATO, S/N
444	TARRAFAS	FÓRUM	AVENIDA DOUTORA MARIA LUIZA LEITE, S/N
445	TAUA	CASA	RUA DOMINGOS GOMES, 74
446	TAUA	CASA	RUA DONDON FEITOSA, 639
447	TAUA	CASA	RUA VALDIZAR ALEXANDRINO OLIVEIRA, Nº 406
448	TAUA	FÓRUM	AVENIDA ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA, S/N
449	TAUA	PRÉDIO	AVENIDA CORONEL VICENTE ALEXANDRINO DE SOUZA, 10
450	TAUA	PRÉDIO	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 211
451	TEJUÇUOCA	FÓRUM	AV. GABRIEL FILHO, 100 - CENTRO (RODOVIA FCO. SILVA MOTA)
452	TIANGUÁ	CASA	AV. MOISÉS MOITA, 555 – CENTRO
453	TIANGUÁ	CASA	AV. PREFEITO JAQUES NUNES, 1250 – CENTRO.
454	TIANGUÁ	FÓRUM	AVENIDA MOISES MOITA, S/N
455	TIANGUÁ	TERRENO	RUA MESSIAS AGUIAR, S/N



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

456	TRAIRI	CASA	AV. CELSO BARROSO ESQUINA COM CEL. JOSÉ ARAGÃO, S/Nº
457	TRAIRI	CASA	RUA MANOEL TEIXEIRA, Nº 120
458	TRAIRI	FÓRUM	RUA FORTUNATO BARROSO, S/N
459	TURURU	FÓRUM	RUA PEDRO LEITÃO, 22, CENTRO
460	UBAJARA	CASA	RUA ABDEL KARDER MAGALHÃES, Nº 112 CENTRO
461	UBAJARA	FÓRUM	AVENIDA CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE, 149
462	UMARI	FÓRUM	AVENIDA DOM QUINTINO, S/N
463	UMIRIM	CASA	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, S/N
464	UMIRIM	FÓRUM	RUA CARLOS ANTÔNIO SALES, 401
465	URUBURETAMA	CASA	CE-243 - KM 07 (IMÓVEL 2975)
466	URUBURETAMA	CASA	TRAV. JOAQUIM ÁVILA, Nº 122
467	URUBURETAMA	ANTIGO FÓRUM	RUA MAJOR SALES, 697
468	URUBURETAMA	FÓRUM	RUA MAJOR SALES, S/N, LOTEAMENTO ITAMARATY
469	URUOCA	CASA	RUA BOA VISTA S/N – CENTRO
470	URUOCA	FÓRUM	RUA JOÃO RODRIGUES, 219
471	VARJOTA	FÓRUM	RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES, S/N
472	VARJOTA	TERRENO	RUA MONSENHOR JOSÉ ATAÍDE DE VASCONCELOS
473	VARZEA ALEGRE	CASA	RUA IRACI BEZERRA, Nº 344 – VAZANTE
474	VARZEA ALEGRE	ANTIGO FÓRUM	RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM, 60
475	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA ESTÁDIO JUREMAL
476	VARZEA ALEGRE	TERRENO	RUA PADRE CÍCERO ESQUINA COM A RUA FRANCISCO CORREIA LIMA
477	VARZEA ALEGRE	FÓRUM	RUA RAIMUNDO SOBREIRA LIMA SOBRINHO (MUNDINHO SOBREIRA), S/N
478	VIÇOSA DO CEARA	CASA (MEMORIAL)	RUA PE. BEVILÁQUA, 639 / RUA DR. OMAR PAIVA, - CENTRO (rua de trás)
479	VIÇOSA DO CEARA	CASA	RUA FONTENELE SOBRINHO, Nº 1524, CENTRO
480	VIÇOSA DO CEARA	FÓRUM	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N (PRAÇA DESTRINO CARNEIRO, S/N - CENTRO)
481	VIÇOSA DO CEARA	TERRENO	RUA FRANCISCO CALDAS, 548/556
Fonte: Secretaria de Administração e Infraestrutura do TJCE			



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça